



MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE

Ata da Sessão ordinária da Assembleia Municipal da Ribeira Grande 23 de abril de 2026

Ata n.º 02/2026

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Ribeira Grande, na Escola Profissional da Ribeira Grande, sob a presidência de José Luís Ferreira Rocha Pontes, que foi secretariado pelo Primeiro Secretário, Rui Fernando Botelho Maré, e Segunda Secretária, Patrícia Corrêa Costa.

PRESENÇAS

Membros do Grupo Eleito pelo Partido Social Democrata: José Norberto Tavares Cordeiros, Jennifer Almeida, Jorge Lopes Garcia, Cátia de Jesus Faria Torres, Nélson Miguel de Sousa Dias Vieira, Rui Filipe Vieira Tavares, Sofia da Loura Inácio e Diana Carina Sousa Alves. -----

Membros do Grupo Eleito pelo Partido Socialista: Hélia da Conceição Oliveira Cabral, Artur Gonçalves Pimentel, Alexandra Medeiros da Ponte, Paulo Roberto Pinheiro Leite, Manuel António Pacheco Faria, Carlos Manuel Cabral da Silva e Carlos Emanuel Rego Silva. -----

Membros do Grupo Eleito pelo CHEGA: João Luís Rodrigues Câmara e Paulo Renato Costa Medeiros Sá Rego. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Cátia Sofia Costa Tavares – **Presidente da Junta de Freguesia das Calhetas**, Davide Manuel Afonso Camboia - **Presidente da Junta de Freguesia dos Fenais da Ajuda**, Marco Miguel Moniz da Ponte – **Presidente da Junta de Freguesia da Lomba da Maia**, Hélder Fernando Pereira Tavares – **Presidente da Junta de Freguesia da Maia**, Fábio Alexandre Raposo Bernardo – **Presidente da Junta de Freguesia do Pico da Pedra**, Carlos Manuel Amaral Dias – **Presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe**, Pedro Henrique Sousa Pavão – **Presidente da Junta de Freguesia da Conceição**, André Francisco Ferreira Mendonça – **Presidente da Junta de Freguesia da Matriz**, José Manuel da Silva Aguiar

– **Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca**, Marco Paulo Pacheco Furtado – **Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha**, Miguel de Melo Sousa – **Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara**, Carlos Manuel Corrêa Pimentel - **Presidente da Junta de Freguesia de São Brás**, Jorge Manuel Amaral Carreiro – **Presidente da Junta de Freguesia da Lomba de São Pedro**. -----

AUSÊNCIAS E SUBSTITUIÇÕES

Substituição ao abrigo do artigo 79.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais: -----

Rui Nelson Ferreira de Jesus, em substituição de Sara Raquel da Costa Oliveira Dias. -----

De acordo com o n.º 1 da alínea c) do artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais compareceu a senhora: -----

Beatriz Pimentel Branco – Secretária da Junta de Freguesia de Porto Formoso, que se fez representar como substituta legal do Presidente, Rúben Manuel Silva Adriano. -----

EXECUTIVO CAMARÁRIO

Em representação do executivo camarário tomou parte na sessão o senhor Presidente da Câmara Municipal, Jaime Luís Melo Vieira, que se fez acompanhar pela Vice-Presidente, Délia Maria Melo, pelos Vereadores em Regime de Permanência, Miguel Ângelo Couto Bernardo e Carlos Manuel Paiva Anselmo, pela Vereadoras em Regime de não Permanência, Maria de Lurdes Teixeira Moreira Alfinete e Sandy Reis Gouveia Martins, e ainda pelo Vereador em Regime de não Permanência, Fernando Jorge Coutinho Monteiro da Câmara Pereira -----

ABERTURA DA SESSÃO

Verificando-se “Quórum” para o funcionamento do Órgão Deliberativo, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas vinte horas, começando por saudar os presentes à segunda sessão da Assembleia Municipal deste ano, a decorrer na Escola Profissional da Ribeira Grande, local onde se formam os homens de amanhã. Aproveitou para expor as regras de funcionamento do órgão, na qual se incluía o período “Antes da Ordem do Dia”, o período da “Ordem do Dia”, e uma terceira parte reservada às intervenções do público. Explicou, no entanto, que a sessão de trabalhos teria início com a intervenção do público. -----

Ainda antes de iniciar o Período Aberto ao Público, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da A Ponte Norte Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande, Engenheiro João Paulo Moniz, agradecendo a afabilidade em ceder o espaço para a realização desta sessão de Assembleia Municipal. -----

O **senhor Engenheiro João Paulo Dâmaso Moniz**, no uso da palavra que lhe foi concedida, começou a sua intervenção endossando cumprimentos a todos os presentes e aproveitando para apresentar um breve enquadramento institucional da Cooperativa A Ponte Norte. Em particular, referiu que a Cooperativa foi constituída em 2014, resultado da extinção da Fundação para o Desenvolvimento Socio Profissional e Cultural da Ribeira Grande (FDSPCRG) e, na altura, entendeu-se que seria benéfico constituir uma Cooperativa que ficasse com grande parte da atividade da Fundação, através do interesse de oito cooperadores e instituições da Ribeira Grande, nomeadamente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, detentora de 44% do capital social. Apesar de os restantes 56% de capital social estarem dispersas pelas outras sete entidades, a Câmara Municipal tem uma posição dominante na Cooperativa, uma vez que nomeia a Direção da Cooperativa A Ponte Norte, ao abrigo da lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. O **Engenheiro João Paulo Dâmaso Moniz** aproveitou para salientar que a Cooperativa tem evoluído ao longo do tempo, indo ao encontro das necessidades do mercado de trabalho e do concelho. Particularmente, devido a aspetos legais, a Cooperativa de Ensino alterou os seus estatutos em 2025, passando de uma Cooperativa de Responsabilidade Limitada, para Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada. -----

No que respeita à atividade, a Escola Profissional da Ribeira Grande conta com cerca de 300 formandos a frequentar as instalações, contando atualmente com 17 cursos profissionais de nível IV, financiados pelo Fundo Social Europeu. A título comparativo, a instituição tinha apenas sete cursos profissionais, quando a direção tomou posse em 2021. Ao longo da sua atividade, e contando com os anos na qual a Escola Profissional estava sob a alçada da Fundação para o Desenvolvimento Socio Profissional e Cultural da Ribeira Grande, formaram-se mais de 1500 alunos, que iniciaram e terminaram a sua certificação. Para além destes números, salientou que há uma integração com vários projetos, sejam eles concelhios, regionais, ou mesmo europeus, como o programa Erasmus+. Neste seguimento, o **Engenheiro João Paulo** referiu que, tal como qualquer outra, a Escola Profissional da Ribeira Grande foca-se na empregabilidade dos formandos, tendo uma taxa superior a 80%, o que demonstra a qualidade do ensino. Para além da Escola Profissional, a Cooperativa de Ensino atua na área da ciência, gerindo centros de ciência regionais como o Observatório Astronómico de Santana (OASA) e o Observatório Microbiano dos Açores (OMIC), sediado na freguesia das Furnas, concelho da Povoação. Também informou que, em parceria com a Câmara Municipal da Ribeira Grande, a Cooperativa tem um conjunto

de projetos sociais e educativos, nomeadamente desenvolveu-se alguns projetos na Escola Básica Integrada da Ribeira Grande, bem como a Rede Municipal dos CATL, que abrange 395 crianças e que tem presença em doze das catorze freguesias do concelho, promovidos através de cinco instituições parceiras que promovem a dinamização da rede. -----

Relativamente a projetos de desenvolvimento local, o **senhor engenheiro João Dâmaso** deu nota de que a Cooperativa é entidade gestora do GAL – Mar Açores Oriental, um grupo de ação local que atua nas ilhas de São Miguel e Santa Maria, no âmbito do projeto Mar 2020 e continua com o Mar 2030, focando-se na promoção da economia azul e na valorização dos recursos endógenos, com um envelope financeiro a rondar o 1,7 milhões de euros. Inclusivamente, algumas Juntas de Freguesia já tiveram oportunidade de apresentar projetos, ao abrigo deste programa. Ainda antes de terminar, o **senhor Engenheiro** aproveitou para expor um breve enquadramento a um dos pontos a ser abordado nesta Assembleia, relacionado com a prestação de contas da instituição, que são auditadas e aprovadas pelo órgão fiscalizador. Estas contas, no seu entender, demonstram uma gestão responsável e prudente, atendendo aos rendimentos que rondam os 3.700.000,00 € e com gastos à volta de 2.800.000,00 €, produzindo um resultado líquido positivo de 900.000,00 €, um dos melhores resultados de sempre, o que demonstra a aposta do Governo Regional dos Açores na qualificação profissional. Em relação à aplicação destes resultados, houve anos em que o Município da Ribeira Grande assumiu os défices de exploração da instituição, uma vez que as receitas não eram suficientes para abarcar a sua estrutura de custos. Concluindo, o **senhor engenheiro João Paulo Dâmaso** referiu que, apesar de a Cooperativa já ter ultrapassado dificuldades, nada indica que estes tempos não voltem, visto que a entidade está dependente dos quadros comunitários, bem com das políticas regionais, nacionais e europeias, que a podem impactar a médio e a longo prazo. -----

Prosseguindo, foi partilhada uma breve reflexão sobre a Escola Profissional da Ribeira Grande, pelo **Partido Socialista** nos seguintes termos, tendo sido dispensada a respetiva leitura em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -----

*“Boa noite, -----
Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande e, na sua pessoa, todas as senhoras e senhores Deputados Municipais. -----
Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores. -----
Senhor Presidente da Escola Profissional da Ribeira Grande e, na sua pessoa, cumprimentar todos os restantes. -----
Senhor Presidente da Junta da Vila de Rabo de Peixe, -----
Minhas senhoras e meus senhores. -----*

Começo por agradecer à Escola Profissional da Ribeira Grande por acolher nestas instalações a sessão ordinária da Assembleia Municipal, bem como à Vila de Rabo de Peixe, cuja história e identidade merecem hoje aqui o nosso justo reconhecimento. -----

Rabo de Peixe assume uma posição geográfica e história relevante na ilha de São Miguel. Com origines que remontam ao século XV e elevada a vila em 2004, é hoje o maior porto de pescas dos Açores e a freguesia mais populosa do concelho da Ribeira Grande. Trata-se de uma terra com forte dinamismo económico, assente na pesca, na agricultura, na construção civil e na indústria transformadora, bem como numa identidade cultural rica e profundamente enraizada. ---

Contudo, esta vitalidade convive com desafios sociais significativos. Persistem desigualdades, fragilidade da classe média, situações de pobreza e dependência de apoios sociais, bem como problemas estruturais que exigem respostas mais eficazes e sustentáveis. Mais do que intervenções pontuais, importa investir nas pessoas, nas suas capacidades e no seu futuro. -----

É neste contexto que ganha especial relevância o papel do setor educativo e, neste caso em concreto, o papel da Escola Profissional da Ribeira Grande e da entidade que a suporta. A Cooperativa A Ponte Norte nasce em 2014, na sequência da extinção da fundação que anteriormente tutelava este projeto, garantindo a sua continuidade e reforçando o compromisso a educação, a formação e o desenvolvimento local. Atualmente, enquanto cooperativa de interesse público, integra diversas instituições do concelho e da região, refletindo um verdadeiro esforço coletivo. -----

A Escola Profissional da Ribeira Grande, com cerca de 300 formandos distribuídos por vários cursos profissionais, constitui a sua face mais visível. Paralelamente, a cooperativa dinamiza projetos científicos, educativos e sociais, gere centros de atividades para jovens e participa ativamente em estratégias de desenvolvimento local, contribuindo de forma concreta para o progresso do concelho. Este exemplo demonstra como a articulação entre instituições, educação e comunidade pode gerar oportunidades reais. -----

Num território jovem como Rabo de Peixe, onde o abandono escolar, a iliteracia, o desemprego e as dependências continuam a ser preocupações, investir na formação profissional e na inclusão é não apenas necessário, mas urgente. -----

As escolas, e em particular, o ensino profissional, são instrumentos fundamentais para quebrar ciclos de exclusão, criando alternativas valorizando competências e abrindo caminhos para o futuro. -----

As escolas profissionais, não podem, nem devem ser vistas como o “parente pobre” do ensino, nem como uma via para escapar ao ensino regular. A sua oferta pedagógica deve ter em consideração a real preocupação com o mercado de trabalho, com as saídas profissionais, com a empregabilidade nas áreas específicas em que se formam os nossos jovens, inclusive educação na área de cidadania na qual se enquadra a educação para a separação dos lixos. -----

*Rabo de Peixe deve ser vista como uma só comunidade, com potencial, com identidade e com capacidade de crescimento. Cabe-nos a todos contribuir para uma maior coesão social, para a valorização das pessoas e para a construção de um futuro mais justo e equilibrado. -----
Estarmos hoje aqui nesta reunião representa também um sinal de compromisso para com esta comunidade. -----
A todos os que aqui nos acolhem, o nosso profundo agradecimento.” -----*

De igual modo, a **bancada do Partido Social Democrata** expôs uma breve reflexão sobre a Escola Profissional da Ribeira Grande, tendo sido dispensada a respetiva leitura em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -----

*“No âmbito da descentralização das reuniões da Assembleia, reunimo-nos hoje num espaço que diz muito sobre aquilo que somos e, sobretudo, sobre aquilo que queremos ser. -----
A Escola Profissional da Ribeira Grande não é apenas uma instituição de ensino. -----
É um pilar de desenvolvimento. -----
É um pilar de oportunidade. -----
É uma porta aberta para o futuro. -----
Desde a sua fundação, tem desempenhado um papel determinante na qualificação dos jovens do nosso concelho e de toda a ilha de São Miguel. E fê-lo sempre com um propósito claro: preparar pessoas, capacitar vidas e construir caminhos. -----
Hoje, integrada na A Ponte Norte – Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande, esta escola representa a continuidade de um projeto maior – um projeto que nasceu da vontade coletiva de não deixar cair um sonho. -----
Quando, em 2014, a anterior Fundação foi extinta, houve quem pudesse ter desistido. -----
Mas não. -----
As instituições do concelho uniram-se. -----
Assumiram responsabilidades. -----
E transformaram um momento de incerteza numa oportunidade de afirmação. -----
Esse é, talvez, o maior exemplo que aqui encontramos: -----
Quando há união, visão e compromisso...o futuro constrói-se. -----
Hoje, essa visão é bem visível. -----
Falamos de uma cooperativa solida, com forte base institucional, que vai muito além da escola. -----
Falamos de cerca de 300 formandos, distribuídos por 17 cursos profissionais. -----
Falamos de jovens com oportunidades reais, com acesso a formação de qualidade, com experiências internacionais através do programa Erasmus+, financiado pelo Fundo Social Europeu. -
Mas falamos também e ciência, de inovação, de conhecimento. -----*

Do Observatório Astronómico de Santana – Açores. -----
De projetos que ligam educação, investigação e desenvolvimento. -----
E falamos, acima de tudo, de uma instituição que não se limita a formar – transforma. -----
Transforma vidas. -----
Transforma percursos. -----
Transforma o futuro da nossa vida. -----
Mas nenhuma instituição existe sem pessoas. -----
E é justo, hoje, reconhecer todos aqueles que, ao longo dos anos, deram o seu contributo –
muitas vezes em silêncio, sem palco, sem reconhecimento público. -----
Dirigentes. -----
Professores. -----
Colaboradores. -----
Parceiros. -----
São essas pessoas que constroem instituições. -----
E são as boas instituições que formam pessoas de valor. -----
Porque quem ensina... deixa sempre um pouco de si mesmos. -----
Uma palavra também aos atuais responsáveis, que continuam este caminho com dedicação,
com visão e com um verdadeiro sentido de missão. -----
Permitam-me ainda uma nota pessoal. -----
Foi aqui que tive a oportunidade de tirar o curso de medidor-orçamentista. E, por isso, falo não
apenas pelo que ouço, mas também como alguém que conhece esta casa por dentro – e que
sabe o impacto que ela tem na vida das pessoas. -----
Falar desta escola é, inevitavelmente, falar do futuro. -----
Um futuro onde os desafios são cada vez maiores. -----
Tecnológicos. -----
Sociais. -----
Profissionais. -----
E onde o ensino profissional tem de estar na linha da frente a inovar, a adaptar-se, a liderar. ----
Estou certo de que esta instituição continuará a fazê-lo. -----
Reforçando a sua ligação às empresas. -----
Apostando a qualificação. -----
Abrindo portas, portões e até janelas de oportunidade aos jovens. -----
Porque o futuro exige ambição. -----
Mas exige também responsabilidades e profissionalismo. -----
E esta casa já provou ter ambas. -----

Em nome da bancada do PSD, deixamos um reconhecimento sincero por todo o trabalho desenvolvido e pela missão que é cumprida todos os dias. -----
E deixamos aqui um agradecimento muito especial pela forma como fomos recebidos. -----
A hospitalidade, a disponibilidade e o espírito de abertura que aqui encontramos dizem muito sobre a qualidade humana desta instituição. -----
Porque esta não é apenas uma escola. -----
É um projeto de desenvolvimento. -----
É um compromisso com as pessoas. -----
É uma garantia de futuro para a Ribeira Grande. -----
E quando se trabalha para as pessoas... -----
Tudo vale a pena. -----
Muito obrigado.” -----

Concluída a intervenção, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, Carlos Dias**, uma vez que preside à freguesia anfitriã da sessão ordinária da Assembleia Municipal, para expor alguns assuntos de interesse geral para a freguesia, o que fez nos seguintes termos: -----

«Antes de mais, permitem-me cumprimentar sua excelência, o Presidente da Assembleia Municipal e a restante Mesa, o Presidente da Câmara Municipal, a Vice-Presidente, senhoras e senhores vereadores, caros Deputados Municipais, caríssimos colegas Presidentes de Junta de Freguesia, ilustres convidados, caros ribeiragrandenses. Permitem-me, de forma muito especial, cumprimentar os rabopeixenses, bem como todos aqueles que estejam a assistir a esta Assembleia através da Rádio Nova Cidade. Sejam todos bem-vindos a Rabo de Peixe. -----
Em primeiro lugar, tenho de agradecer esta possibilidade de estar aqui para defender os interesses da Vila de Rabo de Peixe e de todos os que aqui habitam. Como bem sabem, Rabo de Peixe é uma terra de gente trabalhadora, resiliente e orgulhosa da sua identidade. É uma Vila com vários desafios, é verdade, mas também é uma Vila com potencial humano, cultural e económico que não pode, nem deve, ser ignorado. Eu já tive a oportunidade de dizer ao senhor Presidente da Câmara Municipal (...) que Rabo de Peixe não pede privilégios, não pede favores, pede atenção justa, soluções concretas e oportunidades reais. -----
Senhor Presidente, seis meses. É este o tempo que nós estamos aqui em funções, e é tempo de nós começarmos a ter respostas. Durante estes meses tive a oportunidade de ter participado em alguns momentos onde pude dar voz às preocupações e inquietações da nossa população. Posso destacar a reunião de Câmara pública que decorreu em Rabo de Peixe no final do ano passado e a Presidência Aberta que também decorreu em Rabo de Peixe. Por este motivo, não

vou estar a falar aqui novamente em temas como a conclusão da requalificação do Largo do Padre António Vieira, do parque de estacionamento em frente ao Cemitério, que ainda não está pronto ou mesmo da construção do parque de estacionamento da Rua da Alegria, um terreno que já foi adquirido por esta Câmara Municipal já há algum tempo, cuja obra ainda não arrancou numa rua onde o estacionamento é bastante difícil. Mas vou antes aproveitar para reforçar a necessidade de se intervir no Caminho de Santana. Há umas semanas atrás, reuni-me com o senhor Diretor Regional das Obras Públicas, onde me foi dito pelo próprio que aquela Direção Regional não irá intervir na via, pelo menos para já. Aliás, o próprio referiu, e passo a citar, «que o estado em que se encontra aquela via é da inteira responsabilidade da Câmara Municipal da Ribeira Grande e que deverá ser ela a reparar.» (...) Não quero procurar culpados, mas tenho que dizer: Rabo de Peixe ficou com o lodo de esgoto da parte da cidade da Ribeira Grande, mas com péssimo acesso a esta mesma cidade. Convido, por isso, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca e todos aqueles que também queiram juntar à Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, para que todos nós, juntos, possamos reivindicar, junto do Governo Regional, a requalificação daquele ponto de acesso à nossa cidade da Ribeira Grande. Lanço também o mesmo repto para a Zona das Alminhas, na Estrada Regional da Ribeira Grande. A Zona das Alminhas é amplamente conhecida pelo tráfego intenso, sobretudo nas horas de maior movimento, representando um risco constante de acidentes para condutores, principalmente para aqueles que queiram, uma vez mais, ter acesso à cidade da Ribeira Grande. A configuração atual do cruzamento não permite uma circulação eficiente, nem segura, causando frequentes congestionamentos, manobras perigosas e dificuldades para quem ali circula diariamente, mesmo apesar da nova sinalização que lá foi instalada recentemente. A construção da rotunda traria diversos benefícios imediatos, aliás benefícios estes que também o senhor Diretor Regional na referida reunião também concordou. O único obstáculo que o mesmo colocou foi a questão da estrada que, apesar de ser da região, está concessionada à Euroscut Açores. Sabemos que não caberá a nós a conclusão daquela obra e construir uma rotunda, mas poderemos uma vez mais, e aí volto a solicitar, que esta Assembleia reúna esforços para que juntos possamos chegar, junto do Governo Regional, esta nossa intenção. Ainda neste cruzamento, uma das vias faz ligação ao concelho da Lagoa, refiro-me à Susana do Monte. Apesar de existirem outras alternativas, é uma via bastante frequentada. No entanto, o estado em que se encontra torna também numa estrada bastante perigosa, com um piso bastante deficitário. Aproveito este momento para relembrar o pedido que efetuei por ofício e que fiz chegar junto do senhor Presidente da Câmara Municipal no início do nosso mandato. Ainda no campo das vias públicas, gostaria de alertar para a falta de iluminação em algumas vias. Destaco o caminho de Santana ou mesmo o Caminho da Tronqueira. Há outras, existem diversas, mas estas duas vias são vias onde nós

verificamos cada vez mais a circulação pedonal, sobretudo de turistas, e à noite torna-se um percurso perigoso, quer para peões, quer para os automobilistas, além do fenómeno de trotinetes, que é comum a todas as freguesias. Solicitamos, uma vez mais, a esta Assembleia e Câmara Municipal reforçar, junto da empresa responsável, a melhoria da iluminação das nossas ruas. Outra preocupação, o lixo. Meus senhores e minhas senhoras, nestes seis meses que nós estamos em exercício, a Junta de Freguesia de Rabo de Peixe tem efetuado, juntamente com a Câmara Municipal da Ribeira Grande, um trabalho enorme na recolha de lixo. Aliás, muitas vezes a Junta de Freguesia sobrepõe-se às responsabilidades da Câmara Municipal. Falo-vos na recolha de monstros, de entulhos, lixo marinho, lixo indiferenciado, todo o tipo de lixo. E é por isso urgente que esta Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, tal como acontece na maioria das Juntas do concelho, tenha em sua posse uma carrinha de caixa aberta para que consigamos realizar um trabalho mais eficiente, mais capaz e, a curto prazo, mais barato. Foi por isso que solicitamos à Câmara Municipal a alteração do âmbito do Contrato Interadministrativo, deixando de ser aluguer de camião, para passar a ser aquisição de um camião. Aliás, também propusemos esta mesma candidatura junto do Governo Regional, através da Direção Regional do Poder Local. Sabemos que não poderá ser um camião novo, uma vez que não temos capacidade financeira nesta fase para tal, terá de ser um camião usado. Já estamos numa fase em que estamos a entregar convites e a solicitar orçamentos, para depois efetuarmos a análise e a devida compra. Também sabemos que não é intenção da Câmara Municipal voltar a colocar os contentores de recolha de lixo que foram identificados como sendo os mais críticos. Sabemos também que a Câmara Municipal está a apostar na instalação das ecoilhas para depósito destes resíduos e nós damos os parabéns, é de facto uma boa medida. Nós concordamos, mas uma ecoilha para Rabo de Peixe é insuficiente. É nosso entendimento que as coisas como estão atualmente não estão a resultar. Por mais que limpamos, as pessoas continuam a colocar o seu lixo ora nos locais onde estavam os contentores, ora à porta de casa, porque não têm espaço em casa para armazenar o lixo. (...) E foi por isso que nós solicitamos alargar a recolha diária dos indiferenciados para o loteamento de Nossa Senhora de Fátima à Alameda de 25 de Abril e Quintas do Mar, lugares estes, onde verificamos muito lixo acumulado, pelo menos no período onde não foi feito o reforço das ecoilhas. -----

Por fim, Rabo de Peixe nunca esteve tão mal no que diz respeito ao associativismo. Rabo de Peixe, há uns anos, deixou de ter escuteiros, grupos folclóricos e agora, no último verão, assistimos ao encerramento do Grupo de Tambores Âncora da Vila. As nossas filarmónicas estão a passar por uma fase agonizante. A Filarmónica Progresso do Norte está com uma parte da sua sede remodelada, no entanto, falta a outra parte, nomeadamente substituir portas, janelas e outros que estão literalmente podres. A Filarmónica Lira do Norte está a ensaiar num espaço obsoleto, sem as mínimas condições de trabalho e até de segurança. Esta filarmónica precisa de

uma sede, o quanto antes. Como está, não conseguirá sobreviver muito mais tempo. Sabemos que a Câmara Municipal já encontrou como solução a cedência do Cineteatro Miramar para que a dita Filarmónica realize os seus ensaios. No entanto, neste momento não temos nem as obras na sede e muito menos o nosso Cineteatro aberto com as devidas condições. Senhor Presidente, aproveito para questionar para quando teremos a reabertura do Cineteatro Miramar. Numa era onde predominam diversos tipos de dependências, urge ocupar os nossos jovens. Que medidas estão a ser tomadas para combater as dependências? -----

Senhor Presidente, não poderia terminar esta minha intervenção sem falar da habitação, ou da falta dela. Voltamos a ter habitações com três, ou mais agregados familiares a viver na mesma casa. Há mais de 20 anos que não se constrói habitação social em Rabo de Peixe. Grande parte das habitações que a Câmara pretende readquirir, necessitem urgentemente de obras. Falo-vos de obras de desgaste de 20 anos de utilização, como obras de infiltrações que foram ocorrendo ao longo dos vários anos. Temos um número elevado de grave carência habitacional, muitas famílias andam com ordem de despejo, muitas delas não por falta de pagamento das rendas, mas sobretudo porque os proprietários das habitações não pretendem renovar os contratos. Portanto, as pessoas têm de sair, mas não têm para onde ir porque não há habitação disponível. Quanto às Quintas do Mar, nem o Governo Regional pretende renovar aquele espaço. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sua tomada de posse assumiu que iria crescer com todas as catorze freguesias do concelho. Confio nas suas palavras e espero que nos próximos três anos e meio Rabo de Peixe cresça, mas cresça em proporção que lhe é devida, como sendo a maior freguesia e única Vila do concelho da Ribeira Grande. -----

Para terminar, permitam-me congratular todo o elenco camarário pela aprovação da celebração do Contrato de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Rabo de Peixe para a recuperação do Coreto. Contudo, lamentamos que não tenha sido aprovado o valor que nós solicitamos. 10.000,00 € poderão fazer falta, mas agradecemos os restantes 80.000,00 €. -----

Termino reiterando o nosso agradecimento com todos os votos para que este momento não seja apenas simbólico, mas que marque um reforço no diálogo institucional e um compromisso renovado com a vida de Rabo de Peixe. -----

Aproveito a oportunidade para convidar todos os presentes a participarem nas comemorações de elevação de Rabo de Peixe a Vila. Nós iremos celebrar no próximo sábado 22 anos de elevação.» -----

Antes de entrar no Período Aberto ao Público, o **senhor Presidente da Assembleia** lembrou que esta Assembleia aprovou no mandato anterior, por unanimidade, um Voto de Recomendação endereçado ao Governo Regional para a urgente intervenção na Estrada de Santana (Ribeira Seca – Rabo de Peixe), tendo a senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e

Infraestruturas, em resposta por ofício, indicado que o Governo Regional estaria a realizar um projeto. Caso tivessem solicitado o ofício, que foi lido em Assembleia, ter-se-ia desmentido aquilo que o Diretor Regional das Obras Públicas afirma. Tendo em conta tal afirmação e o risco que o caminho apresenta, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** desafiou os presentes a realizarem uma marcha lenta à noite com a população de Rabo de Peixe e da Ribeira Seca, altura em que a via não tem iluminação e o perigo é bem patente para quem lá passa, sublinhando, ainda, que muitos políticos apenas notam certos problemas quando há mortes. Terminando, expôs que o alargamento da via é uma obra barata e fácil, porque os terrenos são regionais, faltando apenas vontade política. -----

Em primeiro lugar, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** começou a sua intervenção elogiando o trabalho da Cooperativa A Ponte Norte, na pessoa do **Engenheiro João Paulo Dâmaso**, evidenciado pelos resultados positivos e, acima de tudo, pela qualidade de direção que, desde a primeira fase, tomou as rédeas para projetar um caminho de excelência. -----

Prosseguindo, o **senhor Presidente da Câmara** partilhou com as pretensões manifestadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, nomeadamente quanto às dificuldades estruturantes sentidas na maior e única vila do concelho da Ribeira Grande, sublinhando que estaria disponível para prestar qualquer apoio necessário para colmatar os desafios que cada uma das catorze freguesias poderá enfrentar, apesar de reconhecer que ainda não conseguiu inteirar de todas as respostas devido ao curto espaço de tempo nas suas funções executivas. - Começando pelo parque de estacionamento da Rua da Alegria, o **senhor Presidente da Câmara** esclareceu ser pretensão deste Município adquirir mais um terreno, a juntar àquele cedido à Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, visando colmatar a falta de estacionamento. Para além desta ambição, pretende-se adquirir terrenos nas Ruas da Alegria, Inocência e Serafins, por serem ruas de estacionamento difícil e de sentido único. Neste momento, já entraram em contacto com os proprietários dos terrenos, para considerarem a venda. Salientou que pretende ainda comprar mais terrenos em Rabo de Peixe, uma vez que a população enfrenta diversas dificuldades no seu dia-a-dia. -----

Quanto ao Largo do Coreto, tal como referido pelo Presidente de Junta de Freguesia, o Contrato Interadministrativo vai permitir a requalificação do espaço. -----

No que respeita à ligação Ribeira Seca - Rabo de Peixe, assegurou que, qualquer estrago causado pela Câmara Municipal foi recuperado com a aplicação de uma nova camada betuminosa. A este propósito, aproveitou para acrescentar que tem uma reunião marcada com a senhora do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, para discutir o estado do piso do Caminho de Santana, o projeto e a iluminação, lembrando, ainda, que já foi aprovado um Voto de Recomendação para a intervenção urgente daquele caminho, em Assembleia Municipal. O

senhor Presidente da Câmara reconhece que a obra, tal como foi projetada no passado, não será fácil, mas afirmou que a Câmara iria requalificar uma parte do caminho, até à praia de Santana, numa primeira fase. Quanto à sugestão do **Presidente da Assembleia Municipal**, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** manifestou interesse em organizar uma caminhada silenciosa à noite no Caminho de Santana. -----

No que diz respeito à Zona das Alminhas, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** reconhecendo a perigosidade que a via apresenta, salientou que faria os possíveis para articular junto das entidades competentes sobre a possibilidade de construção de uma rotunda, visando responder às ambições da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe e da população rabopeixense e picopedrense. -----

Em esclarecimento sobre a Rua Susana do Monte, que cada vez mais é frequentada por automobilistas, reconheceu a necessidade de intervenção na via, aproveitando ainda para relembrar as intervenções realizadas em algumas artérias de Rabo de Peixe, como a Rua do Rosário e parte da Rua de São João, cujas obras tiveram um investimento significativo no valor de 400.000,00 €. -----

Quanto aos restantes caminhos mencionados pelo Presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, particularmente o Caminho de Santana e o Caminho da Tronqueira, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** comprometeu-se a analisar a possibilidade de instalar iluminação, de modo a colmatar a insegurança que estas vias apresentam. -----

Sobre a recolha de lixo, informou que a Câmara Municipal da Ribeira Grande contratualizou um acordo com a MUSAMI por um período de sete anos. Para colmatar a acumulação de resíduos em Rabo de Peixe, foi firmado, na altura, um Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande e a Junta de Rabo de Peixe, pelo valor de 30.000,00 €, destinados à aquisição de um camião de recolha de lixo e monstros, reconhecendo, também, que a acumulação aumenta com a quantidade de pessoas que vive num território pequeno. Quanto aos contentores de lixo, o **senhor Presidente da Câmara** indicou que esteve reunido com a MUSAMI (Operações Municipais do Ambiente) e a AMISM (Associação de Municípios da Ilha de São Miguel), onde foi discutida a necessidade de aumentar a separação de resíduos, alinhando as práticas locais com as diretrizes da União Europeia. Neste sentido, indicou que a retirada de contentores foi uma solução encontrada pela Câmara Municipal na altura, devido à acumulação de resíduos, e pela necessidade constante da separação de lixo. Neste seguimento, informou que a instalação de Ecoilhas foi uma candidatura a fundos comunitários, representando um investimento no valor de 250.000,00€, pretendendo-se alargar esta pretensão às diversas freguesias do concelho. -----

Ainda em esclarecimento, o **senhor Presidente da Câmara** reconheceu as dificuldades que a maioria das filarmónicas enfrentam, à exceção da Aliança dos Prazeres do Pico da Pedra e a

Nossa Senhora das Vitórias de Santa Bárbara, sublinhando a necessidade de criar mecanismos para atrair os jovens a participarem nas diversas associações do concelho, evitando assim o seu desaparecimento, tal como aconteceu com o Grupo de Tambores Âncora da Vila. Para suprir este problema, o **senhor Presidente da Câmara** informou que a Câmara iria criar um Regulamento de apoio às filarmónicas, acreditando que tal proposta será uma mais-valia e um impulso para o cumprimento dos objetivos de cada instituição. -----

Ainda em esclarecimento ao **senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe**, no que respeita ao Cineteatro Mira Mar, o **senhor Presidente da Câmara** lembrou a ligação da Antena 1, há cerca de três, em que foi declarado que «*o Teatro Micaelense não pretendia manter o CineTeatro Miramar, colocando-o em hasta pública*». Nesta senda, salientou que, enquanto Presidente de Junta de Freguesia e Deputado na Assembleia Legislativa, defendeu que o edifício deveria passar para a esfera municipal, ao invés de o colocar em hasta pública, tal como defendido pelo Coliseu Micaelense. A este propósito, o **senhor Presidente da Câmara** apoiou que a falta de operacionalidade do Cineteatro deve-se à necessidade de realizar diversos estudos para operacionalizar a obra no edifício, a nível de pinturas e pavimentação, cujo valor será de cerca de 156.000,00€. Em particular, já se procedeu a uma vistoria no edifício para avaliar os verdadeiros problemas de forma cuidada e segura. Além disso, este atraso também deveu-se às várias particularidades necessárias para a manutenção de um edifício como o Cineteatro, nomeadamente a necessidade de contratar empresas de seguros contra incêndios e a compra de sistemas de bombagem, cujo processo é moroso. Apesar destes entraves, o **senhor Presidente da Câmara** garantiu que iria proceder à obra o mais brevemente possível, cujo valor total será à volta de 250.000,00€, de modo a responder aos anseios das várias instituições e população rabopeixense. -----

Continuando, o **senhor Presidente da Câmara** informou que a Autarquia iria disponibilizar uma Unidade de Combate às Toxicodependências, a iniciar em junho deste ano, que terá, numa primeira fase, a prevenção em contexto escolar. Por outro lado, o Município tem articulado com diversas associações, nomeadamente a Nova Dia e a UMAR – Associação para a Igualdade de Mulheres, bem como com o Governo Regional para intervir numa área sensível a todos os ribeiragrândenses. Aproveitou, ainda, para lembrar que foi criado o Clube dos Embaixadores, um projeto social que visa combater as toxicodependências. -----

Prosseguindo, mencionou que a falta de habitação é um dos maiores flagelos da atualidade, atendendo a que, tanto a Autarquia, como o Governo Regional, deixaram de construir novos imóveis. Apesar de tal situação, a Autarquia irá proceder à construção de novas habitações em Rabo de Peixe, em colaboração com a Cooperativa A Ponte Norte. Nesta primeira fase, prevê-se, em colaboração com o Governo Regional, reivindicar verbas de infraestruturas para a construção de habitações. Em particular, a Autarquia prepara-se para adquirir um terreno em Rabo

de Peixe para lotes infraestruturados a ceder a jovens casais, e construção de habitações. O **senhor Presidente da Câmara** ressaltou que esta poderá ser uma resposta para a falta de habitação, por um valor simbólico e justo para todos. -----

Em esclarecimento às Quintas do Mar, o **senhor Presidente da Câmara** reconheceu ser uma situação desagradável, comprometendo-se a pressionar o Governo Regional para oferecer uma nova dinâmica àquele espaço. -----

PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

Neste Período, o **senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao **senhor Roberto Serpa**, Diácono da Igreja de Rabo de Peixe desde setembro do ano transato, para expor algumas preocupações e anseios da Paróquia de Rabo de Peixe. Nesta senda, mencionou que os 75.000,00 € concedidos pela Câmara Municipal serviram para iniciar o processo em andamento com Laboratório de Engenharia Civil, que está a preparar uma avaliação técnica especializada que permita iniciar o projeto, uma vez que, segundo as informações disponibilizadas, as obras parciais realizadas no teto não foram suficientes, resultando em infiltrações de água no telhado. Sobre o assunto, referiu que receberam apoios da Junta de Freguesia, Câmara Municipal e doativos de um grupo de emigrantes naturais de Rabo de Peixe, no Canadá, que realizaram um jantar que arrecadou 55.000,00€, o que demonstra que a Paróquia não está à espera dos apoios das entidades públicas. Por outro lado, mencionou que o Salão Paroquial também necessita de intervenções, pois chove dentro do edifício. -----

No que respeita à área social, o **senhor Roberto Serpa** indicou que a Paróquia de Rabo de Peixe é a maior dos Açores, com cerca de 1200 crianças e jovens na catequese, sendo pretensão desta Paróquia tornar a pastoral juvenil mais ativa na ocupação dos seus tempos livres, com algumas iniciativas ao nível de catequese e romeiros. Referiu, contudo, que seria necessário encontrar alternativas de espaços para a ocupação de tempos livres, como o CineTeatro Miramar, tal como referido pelo Presidente de Junta de Freguesia, uma vez que a falta de espaços leva ao consumo de substâncias aditivas. Quanto ao assunto, apesar de a Paróquia tentar colmatar esta situação através da realização de atividades, o **senhor Roberto Serpa** salientou que este problema deveria ser resolvido a nível local, regional e até nacional. Além disso, na qualidade de Capelão Adjunto na Casa de Saúde de São Miguel, em particular na Clínica das Dependências, o ideal seria colocar os ex-dependentes em instituições de acompanhamento e adaptação à sociedade, considerando que muitos voltam a vícios antigos. -----

No que respeita à habitação, esta também foi um assunto debatido pelo Presidente de Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, que apontou situações muito críticas. -----

De seguida, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Banda de Filarmónica Lira do Norte e da Comissão de Festas de São João e de São Pedro,

João Faria. Na sua intervenção, aludiu que a sede da Filarmónica enfrenta diversas dificuldades, que pioraram após as intempéries, questionando o **senhor Presidente da Câmara** se manteria a promessa de atribuir a outra metade das verbas do apoio financeiro, para responder às dificuldades que a instituição enfrenta. -----

No caso das Comissões de Festas de São João e São Pedro, mencionou que estas entidades armazenam os seus materiais tradicionais, muitos deles centenários, na Casa da Irmandade, por não terem sede própria, questionando se a Câmara cederia um espaço à Comissão antes do início das festas. -----

Prosseguindo, tomou a palavra o **Presidente do Clube Naval de Rabo de Peixe, Ruben Farias**, que aproveitou a presença dos Presidentes de Juntas de Freguesia, para aludir que o Clube tem capacidade para instalar os seus equipamentos em todo o concelho, visando virar a Ribeira Grande para o mar, em alternativa ao surf, bem como aproveitou para solicitar a cedência de uma nova carrinha, com o intuito de fazer chegar a pretensão do Clube às restantes freguesias do concelho. A este propósito, aludiu que está prevista a parceria entre a Câmara Municipal e o Clube Naval de Rabo de Peixe, dedicada à prática da modalidade de Tow-in, com base nas ondas gigantes. -----

No que respeita à pesca, o **município Ruben Farias** referiu que o Clube atravessa algumas dificuldades na acumulação de resíduos na Avenida da Autonomia, solicitando, para o efeito, uma parceria conjunta entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia para oferecer mais dignidade à comunidade rabopeixense, uma vez que a Secretaria Regional do Mar e Pescas tem negligenciado Rabo de Peixe. -----

Por fim, salientou a importância de criar um espaço no Porto de Pescas de Rabo de Peixe, para colocar o salva-vidas dos Bombeiros, bem como a embarcação da polícia marítima junto à água, visando garantir a segurança no mar, atendendo ao tempo moroso que levam a colocar um meio de salvação fundamental no mar. -----

Em seguida, foi concedida a palavra **Nuno Miguel Rocha Ferreira** que, após agradecer o convite do senhor Presidente da Assembleia para participar nesta sessão do órgão deliberativo, aproveitou para se apresentar a todos os presentes, na qualidade de novo coordenador de Proteção Civil da Ribeira Grande, o que o fez nos seguintes termos: *«(...) Eu sou licenciado em Proteção Civil, tirei mestrado em Vulcanologia em Riscos e, mais tarde, tirei uma pós-graduação em Ambiente, Saúde e Segurança. A nível de percurso profissional, estive no exército, o que me auxiliou um pouco nas minhas habilidades para o cargo de coordenado de Proteção Civil. Sou natural de Lagoa. Entretanto, casei aqui na Ribeira Seca e já estou por esses lados há cerca de dez anos. (...) Tenho a plena noção de que tenho um caminho árduo na função. Há muito para*

trabalhar, muito para trilhar. Estou aqui para trabalhar, tenho vontade, estou motivado e, acima de tudo, sinto que tenho a necessidade de contribuir por todo o local onde já passei. Não é por acaso que sou um dos mordomos da Comissão de Festas da Ribeira Seca, o que me envolve na comunidade. (...)» -----

Antes de passar a palavra ao **senhor Presidente da Câmara**, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal**, agradecendo a presença do Dr. Nuno Ferreira, referiu que endereçou um convite ao novo Coordenador de Proteção Civil, pois considera que esta Assembleia deveria ser um roteiro de todos os cargos da Câmara Municipal, que trabalham em prol da população da Ribeira Grande. -----

O **senhor Ruben Farias** solicitou novamente a palavra, para redimir-se de não ter começado a sua intervenção agradecendo o amável convite do senhor Presidente da Assembleia, que teve uma postura bastante profícua quando convidou a população raboixeense para manifestar as suas preocupações junto do poder local. -----

Posto isto, o **senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao **senhor Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos sobre as intervenções apresentadas no Período Aberto ao Público. -----

No que diz respeito à intervenção do **Diácono da Paróquia de Rabo de Peixe**, nomeadamente a nível social, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** comungou com as preocupações manifestadas, considerando que Rabo de Peixe é a comunidade mais jovem do país. Na questão do combate às toxicodependências, a primeira linha de atuação será a de prevenção, através da implementação de uma unidade de combate às toxicodependências, que assenta numa linha de apoio e na atuação de equipas multidisciplinares, com o intuito de encaminhar os toxicodependentes às respetivas associações. Salientou que esta unidade servirá de um meio aglutinador para as diversas associações, como o Lions Clube de Rabo de Peixe, que já dinamizou algumas iniciativas. Sobre o assunto, o **senhor Presidente da Câmara** adiantou que se reuniu com a AICOPA – Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores, visando criar uma bolsa de emprego e formação qualificada para integração à vida profissional. Em esclarecimento ao **munícipe João Faria**, o **senhor Presidente da Câmara** destacou a importância de, em primeiro lugar, criar um projeto para aumentar a sede da Filarmónica, comprometendo-se reunir-se novamente com o Presidente da Filarmónica para estudar tal possibilidade. Quanto aos apoios a conceder, o **senhor Presidente da Câmara** afirmou que esta será

uma realidade no próximo ano, aproveitando para mencionar que algumas filarmónicas já pediram um adiantamento à verba. Tal como prometido na campanha eleitoral do Partido Social Democrata, as filarmónicas vão usufruir de um aumento de verbas, além de outros apoios, que serão possíveis através da elaboração do novo Regulamento de Apoio às Filarmónicas, com critérios de majoração, em que algumas Filarmónicas irão receber mais em detrimento de outras. Ainda em esclarecimento ao **município João Faria**, aludiu que iria ceder uma adquirida na Rua da Alegria, localmente conhecida como Cova de São Pedro, à Comissão de São Pedro, estando ainda prevista a construção de um parque de estacionamento. -----

A propósito da intervenção **do Presidente do Clube Naval de Rabo de Peixe, o senhor Presidente da Câmara Municipal** aliou à ideia de aproximar o Clube às restantes freguesias do concelho, para oferecer alternativas aos jovens e crianças. -----
Finalizando, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** desejou boas vindas ao novo Coordenador de Proteção Civil, na certeza de que estará preparado para enfrentar desafios futuros, tornando a Ribeira Grande mais segura. -----

Posto isto, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** voltou a inquirir os presentes para se inscreverem no Período de Intervenção Aberto ao Público, sendo que, por não haver mais inscrições, deu-se por encerrado este Período. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

De seguida, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período Antes da Ordem do Dia, colocando à votação dos presentes a Ata da sessão deste órgão de 23 de fevereiro de 2026, a qual foi aprovada por maioria, com uma abstenção do **senhor Deputado Carlos Silva**, por não ter estado presente na última reunião. -----

No que respeita à ata de fevereiro, a **senhor Deputada Hélia Cabral** referiu que iria votar favoravelmente, sublinhando, contudo, que continha falsas afirmações, passando a expor o seguinte: *«Em nome pessoal, fui presidente da Associação de Pais da Escola Secundária da Ribeira Grande entre setembro de 2017 e setembro de 2022. Durante este período, no Governo Regional estava em funções, o Dr. Vasco Cordeiro, como Presidente do Governo Regional; o Professor Avelino Menezes como Secretário da Educação, e o Dr. Alexandre Gaudêncio, que era o nosso Presidente de Câmara na altura. No final do meu mandato como Presidente da Associação de Pais, já se encontrava em funções, o Dr. José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional e a Professora Sofia Ribeiro, como Secretária Regional da Educação. Ao longo dos mandatos em que eu tive nesta função, eu apanhei o professor Marco Santos, como*

presidente do Conselho Executivo, e o professor Ricardo Gonçalves, com dois mandatos à frente do Conselho Executivo da Escola Secundária da Ribeira Grande. Durante este tempo, foram realizadas diversas intervenções concretas na Escola Secundária da Ribeira Grande, tanto pequenas, como de maiores dimensões. Da parte da tutela e da parte do Dr. Avelino Menezes, destacou-se a substituição integral de todo o telhado da Escola Secundária da Ribeira Grande e toda a remoção do amianto, obra realizada no verão de 2019, eliminando um risco significativo para a saúde pública, não só para a população estudantil da altura, como a do futuro. Também houve uma substituição do gradeamento do bloco A. Aqui presente, estão alguns professores que se devem lembrar destas intervenções. Acresce ainda outras intervenções relevantes, designadamente ao abrigo do Orçamento Participativo Jovem da altura, que foi a substituição do soalho de algumas salas, como as melhorias em espaços e em equipamentos. Houve o quiosque, o material de sala de convívio do Bloco B e a disponibilização de todos os cacifos para os alunos. Ainda assim, é verdade que subsistem problemas por resolver na escola. Contudo, não posso aceitar, nem deixar passar, a narrativa de que nada foi feito ao longo destes anos. Com efeito, conforme consta na página 24, ou 25, dependendo da versão que têm, da Ata da Assembleia Municipal do passado 23 de fevereiro, e passo a citar: «(...) muitas destas carências não são recentes e derivam, sobretudo da falta de manutenção (...) sendo ainda referido, e passo novamente a citar: (...) que desde 2004 não foi feito nada na escola. (...)» Ora, tais afirmações não são corretas, não correspondem à realidade dos factos. Portanto, desconsideram intervenções efetivamente realizadas ao longo dos últimos anos, algumas das quais de elevada relevância para a segurança e o funcionamento da escola e para a segurança da comunidade educativa. Assim, e perante as declarações que trupam o percurso e o trabalho desenvolvido, vejo-me na obrigação de exercer o direito de defesa a meu nome e em nome das entidades envolvidas e das pessoas que estavam a exercer os cargos na altura, respeitando de forma firme, qualquer tentativa de desvalorização do esforço e das intervenções concretizadas. Muito há ainda por fazer. Contudo, estou certa de que o atual Conselho Executivo, bem como a Associação de Pais continuará este trabalho, com o mesmo sentido de responsabilidade, a mesma exigência e o mesmo compromisso, para com a comunidade educativa e junto das entidades responsáveis. Mas que fique claro, não aceito que se apague o que foi feito, nem que se reescreva a realidade, com base na conveniência ou esquecimento. O trabalho existiu, foi visível e teve impacto. Negá-lo não o elimina, apenas revela a falta de vigor.» -----

Antes de passar a palavra aos deputados municipais, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** mostrou o seu desagrado quanto à entrevista ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia no jornal Audiência, onde referiu que os serviços da Autarquia “precisavam de uma boa vassou-

rada”. Sublinhou a necessidade de reagir a tais declarações que, apesar de serem sensacionalistas, foram expostas no artigo, pelo que se viu na obrigação de defender, em público, os trabalhadores da Autarquia, assim como, em privado, quando se reuniu com o Provedor. -----

Em relação à declaração da **senhora Deputada Hélia Cabral**, o **senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, Marco Furtado**, passou a citar a sua intervenção na reunião de 23 de fevereiro: *«mencionou que acompanha de perto os problemas da Escola Secundária da Ribeira Grande, salientando que muitas destas carências não são recentes e que derivam, sobretudo, da falta de manutenção no edifício. A título de exemplo, a última intervenção no quadro elétrico remonta a 2004. Salientou, assim, que seria premente reabilitar a Escola, para se evitar que os problemas reapareçam nos próximos anos. Concluindo, o senhor Presidente da Junta referiu que os diversos executivos que passaram pela Escola Secundária da Ribeira Grande fizeram pressão sob o Governo, mas que, desde 2004, nada foi feito.»* Face ao exposto, o **senhor Presidente da Junta de Freguesia** afirmou que “o nada foi feito”, não significa que não se interveio na escola, mas sim que nada tinha sido feito ao nível de quadros elétricos e aos graves problemas estruturais, pelo que apelou à não distorção daquilo que foi dito na Assembleia de fevereiro. A título comparativo, o Hospital Divino Espírito Santo recentemente sofreu um grande incêndio devido a um problema semelhante ao da Escola Secundária da Ribeira Grande. -----

Posteriormente, o **senhor Deputado Paulo Leite**, após cumprimentar todos os presentes, solicitou o ponto de situação da requalificação da esquadra da PSP da Ribeira Grande, atendendo a que, em setembro do ano passado, foi esclarecido que apenas faltava a assinatura do contrato interadministrativo para formalizar o financiamento da empreitada e, em dezembro transato, que o Presidente da Câmara estaria a aguardar reunir-se o MAI. Contudo, os membros do Partido Socialista foram surpreendidos há uns dias com a notícia da declaração do Ministro da Administração Interna, Dr. Luís Neves, que o processo de requalificação estava em reavaliação e revisão. -----

Ainda no uso da palavra, o **senhor Deputado Paulo Leite** alertou para o sentimento de insegurança sentido à noite no Centro Histórico da Ribeira Grande, devido ao tráfico e consumo de estupefacientes, questionado que medidas foram e seriam tomadas para que as pessoas, principalmente as mais idosas, possam voltar ao centro da Ribeira Grande. Inclusive, há pessoas que já não vão à missa devido a este sentimento de insegurança. -----

Concluído, o **senhor Deputado Paulo Leite** solicitou o ponto de situação do Plano Diretor Municipal. -----

Em seguida, tomou a palavra o **senhor Deputado Carlos Manuel Silva** que alertou para a falta de ordenamento e sinalética no Parque Industrial da Ribeira Grande, uma infraestrutura fundamental para o desenvolvimento da Ribeira Grande. Em particular, existe um espaço com mais de oito mil metros quadrados, que está a servir de pasto há vários anos, acreditando haver qualquer interesse em construir no local pela empresa instalada. Em relação aos armazéns da Câmara, referiu que muitos deles estão em estado de degradação, sublinhando ainda que o Parque Industrial está a tornar-se num Parque Comercial, devido às empresas comerciais do centro da Ribeira Grande que estão a surgir no local. Aproveitou, ainda, para questionar se o alargamento do Parque Industrial estava previsto no Plano Diretor Municipal. -----

Em complemento à intervenção do **senhor Deputado Paulo Leite** sobre o centro da cidade, o **senhor Deputado Carlos Manuel Silva** afirmou que o executivo e os deputados municipais deveriam fazer uma caminhada pela Ribeira Grande às sete da tarde, para constatarem o abandono do centro da cidade, principalmente a nível comercial, que fecha, na sua maioria, às cinco da tarde. -----

Sobre o Mercado Municipal, questionou sobre o seu funcionamento, quais e como os contratos são firmados, assim como, se os mesmos seriam definitivos. -----

Concluindo, o **senhor Deputado Carlos Manuel Silva** salientou que, de acordo com os documentos de Prestação de Contas do ano 2025, a taxa turística rendeu 257.000,00 € à Câmara Municipal da Ribeira Grande, um valor que é contabilizado por dormida. Em São Miguel, a taxa turística rendeu 3.2 milhões de euros e, em particular, Ponta Delgada arrecadou 2.3 milhões de euros. Perante tais valores, solicitou a opinião do **senhor Presidente da Câmara** quanto à implementação da taxa turística, uma vez que Ponta Delgada é o concelho que mais beneficia desta taxa cobrada aos empreendimentos turísticos. Continuando, questionou como a Autarquia iria aplicar o valor irrisório de 254.000,00 € vindos da taxa. Perguntou, ainda, para quando seria o início das obras nas Piscinas Municipais, atendendo ao aproximar da época balnear, além do facto de as praias da Ribeira Grande estarem completamente abandonadas e repletas de lixo. Além disso, alertou para as más condições do acesso ao parque estacionamento em frente ao Mercado Municipal. -----

Prosseguindo, o **senhor Deputado Rui Jesus** solicitou a palavra para, após cumprimentar todos os presentes, expor a seguinte reflexão: *«A recente decisão do Governo Regional de recuar na construção de uma nova lota para a Vila de Rabo de Peixe é um golpe severo na nossa maior comunidade piscatória. A estrutura atual está obsoleta e é indigna. Não oferece as mínimas condições de segurança sanitária, colocando em risco a qualidade e a valorização do pescado que é lá transacionado. É uma estrutura que oferece condições precárias aos trabalhadores e*

*aos pescadores que lhe operam. Perante este reprocesso, e atendendo que durante a sua campanha eleitoral reivindicava a construção de uma nova lota nesta vila, qual a posição oficial da Câmara Municipal e, em especial, do senhor Presidente sobre esse recuo do Governo. Que medidas pretende o senhor Presidente pode tomar para garantir que Rabo de Peixe não perca esse investimento vital.» Questionou, também «sobre o ponto de situação da revisão do PDM e para quando a sessão pública de esclarecimentos prometida em novembro passado.» Por último, o **senhor Deputado Rui Jesus** indagou «sobre os 52 fogos de Trás-os-Mosteiros, que é uma obra do PRR, que está em fase de conclusão, mas que conta com a Autarquia para a construção das infraestruturas adjacentes, nomeadamente o estacionamento que é uma competência desta Autarquia. Quantos lugares estão previstos nesta estrutura e qual o ponto de situação desse processo.» -----*

Prosseguindo, o **senhor deputado João Câmara** solicitou a palavra para expor o seguinte: *«vimos trazer à Assembleia uma preocupação sentida no Pico da Pedra, que é o entupimento frequente dos esgotos pluviais e as consequências graves que daí resultam. Sempre que ocorrem chuvas mais intensas, as sargetas e as caixas de drenagem não conseguem escoar muita água que às vezes corre. O resultado é bem conhecido: prejuízos materiais para as famílias, ruas inundadas, carros que passam por quantidade elevada de água, facilitando a aquaplanagem e colocado em causa a segurança, a mobilidade e o bem-estar de quem ali vive e paga os seus impostos. As causas parecem sempre claras: é a falta de limpeza e manutenção regular, acumulação de lixo, folhas e terras nas sargetas, sobredimensionamento da rede de drenagem, naturalmente da ausência de uma ação de prevenção consistente. Trata-se de um problema previsível e recorrente, que não pode continuar a ser tratado apenas de forma pontual, após cada episódio de chuva. Dou o exemplo da Rua do Areeiro, Rua da Lomba e a Rua das Giestas. Importa também ser claro quanto às responsabilidades de manutenção da rede de esgotos pluviais, que é uma competência municipal, cabendo à Câmara assegurar o seu correto funcionamento, e não pode o executivo municipal, e também o da freguesia, continuar a reagir apenas quando há queixas, ou quando as linearizações acontecerem. Governar-se não é apagar fogos, é prevenir. E naturalmente os cidadãos devem colaborar, mas não pode ser transferida para a população a responsabilidade de falhas estruturais e de manutenção. Deixa-mos aqui um apelo direto ao executivo municipal e ao de freguesia. Que seja implementado um plano regular de limpeza e inspeção dos esgotos pluviais no Pico da Pedra. Que se avalie tecnicamente a capacidade de rede e que se avancem com intervenções estruturais necessárias, porque os moradores do Pico da Pedra não pedem privilégios, mas também não podem continuar reféns dessa chuva e da inação. Pede-se apenas a prevenção e respeito, para que a chuva não continue a*

transformar num risco e prejuízo, para quem ali vive. Exijo respostas claras, prazos e compromissos concretos. Não será assim, com certeza, que o Pico da Pedra pode aspirar a vila.» Concluída a sua intervenção, o **senhor Deputado João Câmara** mostrou-se disponível para fazer chegar à Mesa as fotos das ocorrências. -----

O **senhor Deputado José Norberto**, no uso da palavra, alertou para a instabilidade do muro que divide a rocha e a arriba na Rua do Galego em Rabo de Peixe, solicitando que a Câmara Municipal resolvesse o problema o mais brevemente possível, devido ao risco de derrocada. ---

Em complemento à intervenção do **senhor Deputado Carlos Manuel Silva**, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** alertou que as alterações dos licenciamentos em determinados imóveis e a falta de policiamento à noite no centro da cidade resultou no encerramento de vários estabelecimentos. -----

Concluídas as intervenções, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **senhor Presidente da Câmara** para algumas das questões levantadas no Período Antes da Ordem do Dia.

Em esclarecimento ao **senhor Deputado Paulo Leite**, o **senhor Presidente da Câmara** mencionou que iria reunir-se, na próxima semana, com o Ministério de Administração Interna, para conhecer o ponto de situação da nova esquadra da PSP da Ribeira Grande, salientando que estava previsto assinar o Contrato Interadministrativo, quando esteve presente na BTL. Porém, oficialmente, não tem conhecimento de qualquer alteração ao processo de requalificação da esquadra da PSP. -----

Sobre a falta de segurança, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** referiu que solicitou ao Comando Regional da PSP dos Açores a instalação de câmaras de vigilância em certas zonas do centro da cidade e em áreas mais vulneráveis, pretensão que está a ser estudada, após ser negada por a Ribeira Grande não atingir os níveis de criminalidade que justifique tal pretensão. Para além disso, está previsto reforçar o policiamento de proximidade, através do patrulhamento apeado diário, que apenas foi aceite em situações excecionais, como alturas de festivais. Nesta senda, o **senhor Presidente da Câmara** afirmou que a falta de segurança é um problema transversal a todos os concelhos de São Miguel, sublinhando que este assunto, assim como a falta de efetivos das esquadras da PSP, foi discutido na AMISM. -----

Sobre a intervenção do **senhor Deputado Carlos Manuel Silva**, apesar de comungar com algumas preocupações apresentadas, o **senhor Presidente da Câmara** desmente o “cenário negro” sentido na Ribeira Grande, afirmando que este executivo camarário não poderia resolver

todos os problemas em apenas seis meses. Contudo, muitos dos problemas sentidos já estão a ser colmatados, nomeadamente está-se a proceder à elaboração de vários regulamentos, como do Mercado Municipal e do Parque Industrial. -----

Quanto às zonas balneares, esclareceu que a Câmara Municipal iria assinar diversos contratos interadministrativos com várias Juntas de Freguesia, para que tenham mais autonomia e competências no que diz respeito à limpeza das praias. Em esclarecimento da falta de condições sentidas nas Piscinas Municipais, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** informou que o contrato para se proceder à pintura das piscinas já foi assinado, justificando a demora desta intervenção devido às intempéries sentidas nos últimos tempos. Apesar dos vários desafios que a Câmara enfrenta e da morosidade para resolver vários destes problemas, o **senhor Presidente da Câmara** afirmou que o executivo camarário iria trabalhar no sentido de os ultrapassar. No que respeita à intervenção do **senhor Deputado Rui Jesus**, quanto à nova Lota de Rabo de Peixe, o **senhor Presidente da Câmara** afirmou que iria entregar a resposta do Governo Regional, na próxima Assembleia, no sentido de perceber o que está a ser feito, visando defender os interesses da comunidade piscatória de Rabo de Peixe. -----

O **senhor Deputado Carlos Manuel Silva** solicitou novamente a palavra, referindo que o modelo implementado pela Taxa Turística não é o mais correto, considerando que Ponta Delgada retém 72% da receita das dormidas turísticas, enquanto a Ribeira Grande suporta a pegada ecológica da passagem diária de visitantes, sem qualquer retorno financeiro. Nesta senda, questionou em que medida a Autarquia iria aplicar o valor de 250.000,00 € rendidos pela Taxa Turística. -----

Quanto à Taxa Turística, o **senhor Presidente da Câmara** indicou que iria levantar este assunto na próxima reunião da AMISM, no sentido de tentar compreender o ponto de vista de todas as Autarquias de São Miguel, quanto à intensão de atrair mais investimentos para reforçar as verbas da Taxa Turística. Ainda em esclarecimento, elucidou que os fundos da Taxa Turística são reinvestidos na preservação de diversas questões ambientais. -----

De seguida, o **senhor Presidente da Câmara** passou a palavra ao **senhor Vereador Miguel Bernardo** para prestar alguns esclarecimentos do ponto de situação do Plano Diretor Municipal. No uso da palavra, o **senhor Vereador Miguel Bernardo** referiu que, neste momento, estão a proceder à resposta dos dois últimos pareceres enviados pela entidade da reserva ecológica e Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, visando proceder à reunião de concertação e, finalmente, à apresentação pública do documento. Continuando, aproveitou para ressaltar que o executivo camarário tomou a decisão de não alterar muito o Plano Diretor Municipal, para não atrasar o seu lançamento. -----

Antes de passar a palavra, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** aproveitou o momento para relembrar que, aquando da aprovação da Taxa Turística em sede de Assembleia Municipal, convidou, em nome pessoal, o antigo Presidente da Câmara do Comércio, Dr. Mário Fortuna, que defendia o princípio do utilizador-pagador. No que respeita à intervenção do **senhor Deputado Carlos Manuel Silva**, o **senhor Presidente da Assembleia** salientou que os concelhos mais pequenos, que são os mais visitados e com pegadas ecológicas mais marcadas, acabam por ter um retorno económico mais baixo, como é o caso da Ribeira Grande e da Povoação, referindo que seria coerente discutir este assunto na AMISM, para repensar a aplicação da Taxa Turística. Quanto à execução da Taxa Turística no concelho, o **senhor Presidente da Assembleia** aludiu que solicitou documentação dos proprietários de alojamento local, que não pagam a taxa turística, à Chefe de Divisão de Gestão Financeira, visando perceber o que se tem sido feito para evitar infrações. Infelizmente, a taxa é elevada, uma vez que se deixou passar um ano sem qualquer tipo de fiscalização, resultado da facilidade facultada no primeiro ano da implementação da Taxa Turística. -----

Em seguida, o **senhor Deputado Manuel Faria** solicitou a palavra para referir que a Taxa Turística rendeu, no primeiro ano, cerca de 3,2 milhões de euros, um valor muito abaixo da estimativa inicial de 10 milhões de euros previstos pelos municípios. No caso da Ribeira Grande, em particular, recebeu uma estimativa de apenas 249.000,00 €, um valor semelhante ao do concelho da Povoação, que está muito mais distante, enquanto Ponta Delgada recebeu a maior fatia, algo compreensível, por ter muitos mais hotéis. Perante tal situação, salientou a necessidade de a Câmara Municipal criar mecanismos para atrair turistas a fixarem-se na Ribeira Grande. ----- Ainda antes de proceder às suas questões, o **senhor Deputado Manuel Faria** apontou que o trabalho do atual executivo camarário é de continuidade, embora as declarações do Presidente da Câmara pareçam refletir que houve uma mudança de cor política e mudança global de estratégia. Referiu, contudo, que algumas das declarações apresentadas **pelos membros do Partido Socialista** acabam por ser uma crítica e não uma solução construtiva. Como exemplo, o facto de o centro da Ribeira Grande estar moribundo, uma realidade com vários anos, deverá ser repensado pelo executivo em funções. -----

Quanto às perguntas a serem colocadas, o **senhor Deputado Manuel Faria** questionou se a construção das habitações da Cooperativa Nossa Vila, Nossa Casa, previstas para o início de abril, estavam em andamento. Aludiu ainda que, no passado dia 31 de março, o Governo Regional dos Açores anunciou que iria reabrir o percurso pedestre do Salto do Cabrito, com um novo traçado, oferecendo mais segurança. No entanto, foi com alguma surpresa que, no passado dia

3 de abril, constatou que, apesar do novo traçado, o cerne da questão que motivou o encerramento daquele trilho continua por resolver, com falta de sinalética ou barreiras físicas claras, e com a rocha no local original, que não foi alvo de mitigação direta. Além disso, foi publicado no facebook do Clube Desportivo de Rabo de Peixe, que o grupo de jovens percorreu o trilho na zona crítica, onde ocorreu a derrocada. Atendendo que na nota de imprensa do Governo Regional afirmava que a Câmara Municipal foi parceira na reabertura do Trilho e na resposta ao requerimento dizia que era a responsável pela sua manutenção, questionou qual seria a responsabilidade da Autarquia e se o senhor Presidente da Câmara já visitou o local, frisando que, perante tal situação de perigosidade, o trilho não deveria ser reaberto. -----

Sobre o Mercado Municipal, um assunto que discute desde 2019, através da divulgação de várias notas de imprensa, o **senhor Deputado Manuel Faria** informou que, há cerca de um mês, questionou alguns lojistas do Mercado, os quais afirmaram que ainda não houve qualquer intervenção no local. Aliás, muito recentemente, um empresário publicou um vídeo no facebook, em jeito de desabafo e quase revolta, do estado do Mercado, onde entra chuva, vento e o frio, resultando na fraca afluência de pessoas no local. Por exemplo, o Partido Socialista na sua campanha eleitoral reuniu-se com os vários comerciantes, propondo várias soluções, enquanto, na mesma semana, o anterior executivo camarário anunciou algumas intervenções naquele espaço. Por conseguinte, o **senhor Deputado Manuel Faria** questionou para quando estaria prevista a calendarização das obras, assim como o que estaria previsto para o Mercado, considerando que os lojistas merecem ser respeitados durante o ano inteiro, e não apenas na altura de eleições. Por último, o **senhor Deputado Manuel Faria** referiu que a sua última questão seria sobre o edifício da antiga escola Gaspar Frutuoso. Quanto ao assunto, foi com algum espanto que, na reunião pública da Câmara Municipal, do passado dia 20 de março, na Junta de Freguesia da Ribeirinha, foi constatado que tanto a Autarquia, como o Governo Regional, desconhecem que destino a dar ao imóvel, apesar de o antigo executivo e o Partido Socialista reivindicarem aquele espaço desde 2020. Além disso, em 2020, o antigo presidente da Câmara afirmava que o edifício poderia ser candidato a fundos comunitários, através dos fundos do Açores 2030, uma oportunidade que, lamentavelmente, foi perdida. De igual modo, outra oportunidade perdida foi a tentativa de virar a ribeira à cidade, através da construção de um parque de campismo, tal como mencionado em 2021, numa nota de imprensa pelo antigo Presidente de Câmara. Afirmou que o Partido Socialista não está a exigir ao Presidente da Câmara que reabre e recupere a escola de imediato, mas passado alguns anos, e tendo o edifício passado para a alçada da Autarquia, o mesmo continua moribundo. Ademais, o Partido Socialista já apresentaram algumas propostas, no sentido de preparar uma sessão pública de esclarecimentos, visando repensar o que se poderia fazer naquele espaço. -----

Em resposta à intervenção supra, nomeadamente quanto ao edifício da antiga Escola Gaspar Frutuoso, o **senhor Deputado Jorge Garcia** lembrou que foi o antigo Governo Regional, liderado pelo Partido Socialista, que abandonou o imóvel. -----

No que respeita à Taxa Turística, apesar de concordar com a bancada do Partido Socialista, quanto à necessidade de a Ribeira Grande ter uma maior oferta a nível de dormidas para arrecadar mais rendimentos, atestou a incoerência demonstrada pela bancada, devido às constantes críticas apresentadas que poderiam atrair mais turistas, como o apoio aos festivais, a intenção de construir mais unidades hoteleiras e alojamentos locais, pois alegam que vai retirar habitação à população. Quanto à questão a ser colocada ao Presidente da Câmara, o **senhor Deputado Jorge Garcia** questionou quais são as medidas tomadas por este executivo camarário quanto ao Parque Habitacional da Ribeira Grande. -----

Em continuação, a **senhora Presidente da Junta de Freguesia das Calhetas, Cátia Tavares**, na qualidade de principal interessada nesta Assembleia Municipal, questionou o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** se o Governo Regional deu resposta ao Voto de Recomendação, apresentado pela bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal, acerca da segunda fase de requalificação da Orla Costeira das Calhetas. -----

No seguimento da intervenção supra, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que na última sessão de Assembleia foi proposto a elaboração conjunta de um Voto de Recomendação, pelas três bancadas, dirigido ao Governo Regional. Atendendo a que a próxima sessão será apenas em junho, propôs, mais uma vez, a elaboração de um documento, com o consenso dos líderes das três bancadas, a ser vistoriado pela Mesa, salientando que o mesmo deveria ser bem instruído, por tratar-se de um assunto bastante delicado. -----

Face ao pedido de esclarecimentos da Cooperativa Nossa Vila, Nossa Casa, o **senhor Deputado Rui Tavares** informou que, no passado dia 7 de abril, procedeu-se à escritura de crédito entre a CEMAH e a Cooperativa, por um valor de cerca de 3,5 milhões de euros. A partir desta data, procedeu-se à articulação com o empreiteiro para solicitar o alvará de construção à Câmara Municipal. Ainda no dia anterior, houve uma reunião com o responsável pela obra para a instalação do estaleiro, prevendo-se que as obras se iniciem até ao final do mês de abril. Além disso, informou que a Cooperativa tem mais quatro projetos que estão a ser desenvolvidos em simultâneo, o que significa que está a ficar com uma dimensão alarmante para o voluntariado prestado pelas equipas, o que não retira todo o trabalho que tem de ser feito, bem como a disponibilidade de a Cooperativa receber novos projetos e apoiar a Ribeira Grande. Após esse processo, o

senhor Deputado Rui Tavares disponibilizou-se a apresentar um ponto de situação das vantagens que são conhecidas, mas que ainda não estão testadas, nomeadamente na poupança do custo efetivo de cada uma das habitações. -----

Posteriormente, tomou a palavra o **senhor Deputado Carlos Silva** que iniciou a sua intervenção, nos seguintes termos: *«Boa noite a todos. (...) Vou tentar abster-me de fazer comentários, mas não posso deixar passar aquela ideia transmitida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de que os empresários da Ribeira Grande de Alojamento Local são uma “cambada” de infratores. É preciso ter cuidado com as conclusões precipitadas que se tira, perante uma análise que, supostamente, foi feita pelo Departamento Financeiro da Câmara Municipal. Não pode ficar no ar essa ideia que os empresários são uns infratores. Portanto, pergunto ao senhor Presidente da Câmara Municipal, Jaime Vieira, se se revê neste tipo de comentários.»* -----

Também questionou *«se foi feito um estudo sobre o cumprimento, ou não, dos empresários da Taxa Turística.»* Ressaltou ainda que seria *«importante que esta Assembleia e os deputados também o conhecessem com rigor, para não ficarmos com a ideia de que o Presidente da Assembleia tem acesso a algum tipo de documentação, que depois não a distribui aos restantes elementos da Assembleia, conforme ficou bem patente da resposta da senhora Secretária Regional sobre a estrada Ribeira Seca - Rabo de Peixe, que não é do conhecimento da Assembleia. Outra questão que me causa algum incômodo são os sucessivos cometários que o Presidente da Assembleia fez aos pedidos de esclarecimentos que são feitos pelos deputados municipais. Os pedidos de esclarecimentos são feitos ao executivo camarário, e creio que cabe ao executivo responder e, portanto, era importante, também, que a direção dos trabalhos fosse feita de forma mais rigorosa.»* -----

As perguntas que tenho para colocar ao senhor Presidente da Câmara Municipal dizem respeito a dois assuntos (...) que tem a ver com o licenciamento urbanístico da Câmara Municipal. Eu acredito, sinceramente, que os funcionários da Autarquia fazem o melhor que podem com os meios que têm ao seu dispor, mas a verdade é que os atrasos continuam a ser elevados na apreciação dos processos. E a pergunta, que é mais uma recomendação, é se os meios humanos não são suficientes para dar uma resposta rápida, por que motivo é que a Autarquia não abre novos procedimentos concursais, seja para a contratação efetiva de novos funcionários, seja para a prestação de serviços, que possa dar uma resposta mais urgente, porque já percebemos, quando analisamos as contas que, felizmente, a Câmara Municipal tem meios financeiros disponíveis e, portanto, pode e deve contratar mais funcionários para o departamento de urbanismo e outros que forem necessários, para que se dê uma resposta mais rápida. Estamos a falar de licenciamentos de empreendimentos turísticos, empreendimentos comerciais, bem como de habitações, sendo necessário fazer esse novo impulso. Não é tanto uma pergunta, (...)

mas mais uma sugestão, quando é que vai abrir procedimentos concursais. Creio que, em nome do Partido Socialista, e de qualquer deputado aqui presente, revê-se nesta preocupação. -----
A segunda questão tem a ver com o processo de aquisição das habitações da sociedade de desenvolvimento da Ribeira Grande. É público que há uma divergência nos valores que são exigidos pelo dono da empresa e aqueles que são, no fundo, referenciados pela Autarquia. A pergunta que faço é se o valor que a Câmara vai pagar pela aquisição dos 152 fogos, e como é que pretende resolver o litígio que existe entre a Autarquia e o proprietário da empresa.» -----

A **senhora Deputada Alexandra Ponte**, após apresentar os seus cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia, extensivos a todos os presentes e a todos aqueles que ouvem a Rádio Nova Cidade, aproveitou o momento para felicitar o Conselho de Ilha e os membros desta Assembleia que tomaram posse no órgão consultivo, no dia anterior, fazendo votos para que tenham um trabalho profícuo, a bem da Ribeira Grande e de toda a ilha. A este propósito, a **senhora Deputada Alexandra Ponte** questionou ao **senhor Presidente da Assembleia** se os membros que tomaram posse no Conselho de Ilha foram os mesmos eleitos na Assembleia de dezembro. -----

Em esclarecimento, o **senhor Deputado Rui Maré** elucidou que o próprio tomou posse no Conselho de Ilha, tendo também tomado posse o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, Marco Furtado, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Porto Formoso, Rúben Adriano, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Matriz, André Mendonça, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Maia, Hélder Tavares, e a senhora Deputada Hélia Cabral. ---

Sobre o assunto, a **senhora Deputada Alexandra Ponte** argumentou que, neste caso, sendo o **senhor Deputado Rui Maré** eleito para compor o Conselho de Ilha, o mesmo foi à reunião em dupla qualidade, nomeadamente de representante de Assembleia Municipal e membro eleito. A **senhora Deputada Hélia Cabral** referiu que, sendo o **senhor Deputado Rui Maré** eleito pela Assembleia Municipal, o **senhor Presidente da Assembleia** deveria ser substituído pela segunda Secretária da Assembleia, realçando que este é um assunto a ser corrigido junto do Conselho de Ilha, uma vez que o Partido Socialista ficou em desvantagem no número de representantes. -----

Terminada a discussão, tomou a palavra o **senhor Deputado Paulo Sá Rego** mencionado que a sua intervenção dizia respeito à gestão dos serviços veterinários municipais, bem como do canil municipal “A Casa dos Animais”, nomeadamente sobre alegadas incoerências operacionais, falhas de saúde pública e necessidade de transparência. -----

Em primeiro lugar, solicitou esclarecimentos sobre as várias incoerências técnicas ilegais na identificação animal, questionado em que momento o Veterinário Municipal identificou a falta de registo de microchips de animais na plataforma SIAC (Sistema de Informação de Animais de Companhia), um procedimento obrigatório por lei, uma vez que apenas estavam registados na plataforma do Governo Regional, RACE (Registo de Animais de Companhia dos Açores). Justificou a sua anuência, atendendo a que, na sua prática de Médico Veterinário, recebia animais apenas inscritos na plataforma RACE, levando a um problema prático, que dificulta a rastreabilidade nacional dos animais. Também questionou se os animais registados na RACE já foram registados na plataforma SIAC. -----

No que respeita à gestão de pragas de roedores, que também é uma responsabilidade dos serviços veterinários municipais, o **senhor Deputado Paulo Sá Rego** referiu que, ao longo da campanha do CHEGA, vários municípios relataram sobre a existência de roedores em zonas e/ou casas devolutas próximas de zonas agrícolas, representando um risco para a saúde pública, visto que muitos animais, embora estejam vacinados, podem contrair leptospirose. Perante tal situação, e atendendo a que vários municípios alegam que o veterinário municipal afirmou que a gestão de pragas de roedores não é da sua competência, questionou quais seriam as competências legais do Veterinário no controlo de zoonoses, e qual a razão de a Ribeira Grande ser o único concelho a não seguir as boas práticas implementadas em outros municípios de São Miguel, tal como no Canil Municipal da Lagoa e Ponta Delgada. -----

Ainda no uso da palavra, o **senhor Deputado Paulo Sá Rego** solicitou esclarecimentos sobre a falta de colaboração entre a Autarquia e a Associação Animais de Rua, bem como do abandono da prática do método do CED – captura, esterilização e devolução. Esta Associação, reconhecida pelo Governo Regional dos Açores desde 2016 e pela Região Autónoma da Madeira, trabalha para a captura e esterilização de gatos, sobrevivendo de donativos e de verbas concedidas pelo Governo Regional, por um valor de 13.000,00€, fundos que são manifestamente insuficientes para a quantidade de colónias existentes. À parte disso, outros municípios capturam e identificam animais de colónias no seu nome, ficando um voluntário da Associação encarregue de tratar dos animais. Apesar das várias vantagens, o Canil Municipal recusou a proposta de parceria com a Associação, alegando que não existem colónias de gatos no concelho. Face a esta alegação, o **senhor Deputado Paulo Sá Rego** referiu haver uma contradição nas declarações do Canil Municipal, considerando que a Associação recebeu ao longo dos anos vários pedidos de ajuda para intervenção no concelho da Ribeira Grande. -----

Ainda sobre o assunto, afirmou que a captura para esterilização e devolução é uma questão de controlo ético, eficaz no controlo de população de gatos errantes, na redução de comportamentos e barulhos indesejados, aquando do sio, representando ainda uma ferramenta na manutenção e controlo de roedores, porque um gato é um predador natural de ratos e não fica infetado

com leptospirose. Nesta senda, questionou qual foi o levantamento feito pelo Município para sustentar a afirmação de que não existem colónias, atendendo a que existem algumas no concelho, como no Porto de Santa Iria. Por outro lado, perguntou se a Câmara estaria disponível para estabelecer um Protocolo com a Associação Animais de Rua, para benefício do Concelho da Ribeira Grande. -----

Finalizando, o **senhor Deputado Paulo Sá Rego** elucidou que a sua última intervenção estava relacionada com questões de transparência, questionando qual o destino de vários animais com comportamentos errantes que, conforme alegações anónimas, desaparecem do Canil Municipal, levantando suspeitas de que estarão a ser realizadas eutanásias ilegais. De modo a facultar uma maior transparência, os **deputados municipais do CHEGA** solicitam todas as faturas dos serviços veterinários prestados ao canil, fornecedores, farmacêuticos, bem como as contas prestadas pelo crematório do Matadouro de São Miguel. -----

Em resposta ao **senhor Deputado João Câmara**, o **senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pico da Pedra, Fábio Bernardo**, reconheceu que a freguesia do Pico da Pedra enfrenta um grave problema de escoamento de águas pluviais, tendo em conta o seu crescimento. Sobre o assunto, no seguimento da Assembleia de Freguesia da passada terça-feira, foi transmitido aquilo que foi feito na Junta de Freguesia e Câmara Municipal nos últimos anos. A título de exemplo, nos últimos quatro anos, foram construídas pela Câmara Municipal cerca de cinco sumidouros, estando previstos mais três em 2026. Além disso, na passada quarta-feira, a Junta de Freguesia do Pico da Pedra recebeu o executivo camarário no novo terreno adquirido na rua Padre José Manuel Pereira, onde muito brevemente será lançado o início da obra para o reforço de mais um sumidouro para resolver o grave problema na rua João Luís Pacheco da Câmara. Relativamente à Rua das Giestas, o **senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pico da Pedra** esclareceu que, ainda no início de 2026, foi reforçado um sumidouro no fim da rua, resolvendo o problema de manilhas seladas com alguma antiguidade que necessitam de substituição. Além disso, para ganhar algum tempo e evitar novos problemas na Rua 1.º Barão da Fonte Bela, o sumidouro foi construído no início do ano, em que se prevê a substituição das manilhas que estão seladas. -----

Em relação às sargetas que se veem a descer à Rua das Giestas, o **senhor Presidente de Junta de Freguesia** esclareceu que já se procedeu à sua limpeza, tendo a Junta de Freguesia, inclusive, entrado em contacto com os Bombeiros Voluntários para esta pretensão. -----

O **senhor Deputado João Câmara** solicitou novamente a palavra para questionar acerca do resultado da suposta reunião que o Presidente da Câmara teria com a Caixa Geral de Depósitos na BTL, para discutir o empréstimo das habitações da SDRG, S.A. -----

Posto isto, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **senhor Presidente da Câmara** para esclarecer as restantes questões solicitadas no Período Antes da Ordem do Dia. -----

Nesta sequência, em esclarecimento ao **senhor Deputado Carlos Silva** sobre a falta de recursos humanos na Divisão de Urbanismo e Planeamento, o **senhor Presidente da Câmara** referiu que, neste momento, já se procedeu à contratação de um arquiteto para a divisão, prevendo-se contratar ainda mais funcionários. -----

Quanto à questão da SDRG, S.A., o **senhor Presidente da Câmara** esclareceu que foi referido que a Caixa Geral de Depósitos não seria uma das responsáveis. Continuou, elucidando que, de momento, os advogados contratados pela Câmara Municipal estão a tratar da resolução deste problema, esclarecendo que traria novidades o mais brevemente possível, disponibilizando-se a realizar uma reunião extraordinária para discutir tal situação. -----

Prosseguindo, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** concordou com as palavras do **senhor Deputado Manuel Faria** de que é um trabalho de continuidade do anterior executivo, mas com diferentes objetivos. -----

No que respeita ao antigo edifício da Escola Gaspar Frutuoso, discordou com a afirmação de que se desconhece o destino do edifício, sublinhando que o executivo camarário pretende ser cauleoso nas decisões a tomar, uma vez que se trata de um investimento avultado. Além disso, salientou que o executivo camarário tem outras prioridades para resolver no decorrer do mandato, como a falta de habitação, a continuação da obra da Frente Mar e o caminho da Tondela.

Prosseguindo, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra à **senhora Vice-Presidente, Délia Melo**, para prestar esclarecimentos sobre o trilho do Salto do Cabrito e o Canil Municipal. -----

No que respeita ao trilho do Salto do Cabrito, a **senhora Vice-Presidente** começou a sua intervenção destacando a importância de distinção entre opinião e avaliação técnica. Quanto à abertura do troço do Salto de Cabrito, referiu que era intenção deste executivo camarário encontrar uma solução viável que oferecesse segurança a todos aqueles que pretendem percorrer o trilho. Nomeadamente, esta abertura foi realizada com base numa avaliação técnica pormenorizada feita por especializadas na área, um grupo de voluntários e um elemento disponibilizado pela Câmara Municipal a trabalhar neste grupo. Esclareceu que não se procedeu à intervenção no trilho original, por tratar-se de uma obra mais complexa e onerosa, que será feita em uma fase posterior. -----

Ainda sobre o assunto, a **senhora Vice-Presidente** garantiu que existe sinalização no Trilho do Salto de Cabrito para impedir que os caminhantes utilizam o traçado antigo, que muitas vezes é vandalizada. Além disso, a EDA também vai intervir no local e colocar uma vedação para os caminhantes não passarem pelo traçado considerado perigoso. -----

No que respeita ao Canil Municipal, a **senhora Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que o CRO é um dos serviços certificados da Câmara, tendo de cumprir requisitos bastante exigentes para receber tal certificação. Ainda muito recentemente, o Canil Municipal passou por uma auditoria interna e externa, deixando bem claro que não havia nada a registar, ações de melhoria, nem oportunidade de crescimento. -----

Quanto às restantes questões, garantiu que o Canil Municipal, desde 2021, tem o registo de animais regularizado. -----

Em relação ao controle das pragas, em particular de roedores, existe um trabalho realizado pelo CRO, mas ressaltou a necessidade de um trabalho conjunto entre a Autarquia e a população local, visando evitar a acumulação de resíduos, que abona a favor do aparecimento de pragas.

Ainda em esclarecimento, a **senhora Vice-Presidente** referiu que, neste momento, está a decorrer a campanha de esterilização de animais domésticos. Em termos de colónias municipais, não há qualquer informação formal desde 2021. Em relação à questão que levanta certas dúvidas e insinuações, a **senhora Vice-Presidente da Câmara** abonou que não há qualquer abate no Canil Municipal, ressaltando que qualquer pessoa que pretende apresentar uma queixa, ou denúncia, terá de se responsabilizar por aquilo que alega, não aceitando qualquer suspeita infundamentada e sem provas do trabalho de um colaborador e de um espaço que cumpre todas as normas e é certificado. Concluiu a sua intervenção, afirmando que os animais errantes não desaparecem do Canil Municipal por questões de abate. -----

Não havendo mais assuntos a discutir, foi o Período dado por encerrado. -----

VOTOS DE CONGRATULAÇÃO

Foi apresentado pelo **Partido Socialista** o seguinte Voto de Congratulação à **Professora Cate-drática Susana Goulart Costa**, como a seguir se transcreve, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata -----

“Os deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, ao abrigo dos termos regimentais e da legislação que norteia a ação dos órgãos autárquicos, as suas competências e as dos seus eleitos, deixam expresso um Voto de Congratulação pela nomeação de Susana Goulart Costa como Representante da República para a Região Autónoma dos Açores.

Natural de Angra do Heroísmo, nascida em 1969, Susana Goulart Costa é historiadora, doutorada destacando-se pelo seu contributo académico no estudo da história religiosa e cultural açoriana. -----

A sua nomeação, em 2026, assume particular relevância histórica, por se tratar da primeira mulher e da primeira açoriana a exercer estas funções, constituindo um marco na valorização do papel das mulheres e no reconhecimento do mérito regional ao mais alto nível do Estado. -----

Os Deputados do Partido Socialista consideram que o exercício do cargo de Representante da República deve pautar-se pela isenção, pelo respeito institucional e pela valorização da autonomia regional, em estreita articulação com os órgãos de governo próprio da Região. -----

Assim, expressam as suas felicitações, desejando à senhora professora doutora Susana Goulart Costa um mandato de sucesso, ao serviço da defesa dos Açores e dos açorianos. Propõe-se que o presente voto seja registado em ata e comunicado na íntegra à homenagem.” -----

Colocado a votação, foi o voto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Foi apresentado pelo **Partido Socialista** o seguinte Voto de Congratulação ao **Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa**, como a seguir se transcreve, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -----

“Os deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis e da legislação em vigor que regula a atividade dos órgãos autárquicos, as suas competências e o exercício de funções dos seus eleitos, apresentam o presente Voto de Congratulação ao Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa, por ocasião da cessação de funções, após o cumprimento do limite constitucional de dois mandatos no mais alto cargo da Nação. -----

Cumpram assinalar e agradecer o exercício das suas funções na representação do Estado Português, com sentido de Estado, proximidade aos cidadãos e respeito pelas instituições democráticas. -----

Face ao exposto, propõe-se a aprovação do presente voto, bem como o seu devido encaminhamento ao visado.” -----

Colocado a votação, foi o Voto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Foi apresentado pelo **Partido Socialista** o seguinte Voto de Congratulação pelo assinalar de mais um aniversário do Dia da Autonomia dos Açores, como a seguir se transcreve, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata.

“Os deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, ao abrigo dos termos regimentais e da legislação que norteia a ação dos órgãos autárquicos, as suas competências e as dos seus eleitos, deixam expresso um Voto de Congratulação pelo assinalar de mais um aniversário do Dia da Autonomia dos Açores, celebrado a 2 de abril, data que marca a consagração constitucional da autonomia regional em 1976, na sequência da Revolução de 25 de abril. -----

A autonomia representa a capacidade dos Açores de decidirem sobre matérias de interesse próprio, no respeito pela unidade do Estado, e tem contribuído para o desenvolvimento da Região respeitando a sua realidade arquipelágica. -----

Importa garantir que a autonomia continua a responder às necessidades das populações. ----- Assim, os Deputados Municipais do Partido Socialista propõem que esta Assembleia congratule o povo açoriano pelo Dia da Autonomia dos Açores, reconhecendo o seu significado político e histórico; reafirme a importância da autonomia no desenvolvimento da Região; defenda o reforço da autonomia como resposta aos desafios atuais, preste homenagem a todos os que contribuíram para a sua conquista e consolidação.” -----

Colocado a votação, foi o Voto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Foi apresentado pelo **Partido Social Democrata** o seguinte Voto de Congratulação à **Escola de Música de Rabo de Peixe, por ocasião do 25.º Aniversário**, como a seguir se transcreve, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -----

“A Bancada do Partido Social Democrata com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande apresenta um voto de congratulação à Escola de Música de Rabo de Peixe, por ocasião da celebração dos seus 25 anos de existência, assinalando um quarto de século dedicado à formação artística, à promoção cultural e ao desenvolvimento social da comunidade. -----

Criada em 2001, a Escola de Música de Rabo de Peixe tem desempenhado, ao longo destas duas décadas e meia, um papel determinante na educação musical de centenas de crianças e jovens, contribuindo para o enriquecimento cultural da freguesia e para a criação de oportunidades de aprendizagem num território marcado por forte vitalidade comunitária. A instituição tem sido reconhecida pela sua capacidade de despertar talentos, incentivar a disciplina artística e promover valores como a dedicação, o trabalho em equipa e a criatividade. -----

Ao longo dos seus 25 anos, a Escola de Música de Rabo de Peixe tem participado ativamente na vida cultural do concelho, integrando eventos, concertos, festividades locais e iniciativas de carácter social. A sua atividade tem reforçado a identidade cultural da freguesia e contribuído

para a valorização da música como instrumento de inclusão, expressão e desenvolvimento pessoal. -----

A Bancada do Partido Social Democrata com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, reconhece, com especial apreço, o trabalho dos professores, dirigentes, colaboradores e de todos os que, ao longo dos anos, contribuíram para o crescimento e consolidação desta escola. O seu percurso constitui um exemplo de resiliência, dedicação e compromisso com a comunidade, sendo motivo de orgulho para Rabo de Peixe e para todo o concelho. -----

Pelos motivos acima descritos, a Bancada do Partido Social Democrata com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, submete o presente Voto de Congratulação, endereçando os parabéns à Escola de Música de Rabo de Peixe pelos seus 25 anos de atividade e pelos relevantes serviços prestados à população, à cultura e à formação artística no concelho da Ribeira Grande.” -----

Colocado a votação, foi o Voto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Foi apresentado pelo **Partido Social Democrata** o seguinte Voto de Congratulação à **Farmácia da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia pelo 80.º Aniversário**, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -----

“A Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, apresenta um voto de congratulação à Farmácia da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia, por ocasião dos seus 80 anos de existência, assinalando oito décadas de serviço público, dedicação à comunidade e contributo inestimável para a promoção da saúde no concelho. -----

Fundada em 1946, a Farmácia da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia tem desempenhado, ao longo de oito décadas, um papel essencial no acesso aos cuidados de saúde, garantindo proximidade, confiança e acompanhamento às populações da Maia e freguesias vizinhas. A sua atividade tem sido marcada por um profundo sentido de missão social, coerente com os valores históricos da Santa Casa, colocando sempre as pessoas no centro da sua atuação. -----

Ao longo destes 80 anos, a Farmácia da Santa Casa da Misericórdia da Maia soube adaptar-se às transformações sociais, tecnológicas e científicas, mantendo-se como uma referência de qualidade, profissionalismo e humanismo. O seu contributo tem sido determinante para a promoção do bem-estar, para o apoio às famílias e para a resposta às necessidades de saúde de uma população que, pela sua dispersão geográfica, beneficia de forma muito direta da existência de serviços de proximidade. -----

A Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, reconhece, com especial apreço, o papel social desempenhado pela instituição, nomeadamente no apoio aos mais vulneráveis, na colaboração com entidades locais e na promoção de iniciativas de sensibilização e educação para a saúde. -----

O percurso da Farmácia da Santa Casa da Misericórdia da Maia constitui um exemplo de resiliência, compromisso comunitário e serviço público. -----

Pelos motivos acima descritos, esta autarquia submete o presente Voto de Congratulação, endereçando os parabéns à Farmácia da Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia, aos seus profissionais e à instituição que a tutela, pelos 80 anos de atividade e pelos serviços prestados à população da Maia e do concelho da Ribeira Grande.” -----

Colocado a votação, foi o Voto aprovado por maioria e em minuta, com uma abstenção do senhor Deputado Paulo Leite. -----

Foi apresentado pelo **Partido Social Democrata** o seguinte Voto de Congratulação aos **atletas Martim Medeiros e Margarida Goes**, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -----

“A Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, apresenta um voto de congratulação ao atleta Martim Medeiros por se sagrar Campeão Nacional na modalidade de Ginástica Aeróbica. -----

Entre os dias 14 e 15 de março do corrente ano, realizou-se, em Águeda, a Taça de Portugal de Ginástica Aeróbica, na qual o atleta alcançou um lugar de pódio, prestigiando a nossa cidade, a ilha de São Miguel e o Arquipélago dos Açores. -----

O atleta Martim Medeiros, residente na Lomba de Santa Bárbara, alcançou o 2.º lugar na modalidade de individual Masculino, escalão júnior. -----

O excelente trabalho em equipa, com o par Margarida Goes, permitiu-lhes, ainda, alcançar o 1.º lugar na categoria de Par Misto em Ginástica Aeróbica. -----

Deste modo, pelos motivos acima descritos, a Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, submete o presente Voto de Congratulação ao ginasta Martim Medeiros, pelos resultados alcançados, fruto de um trabalho árduo e persistente, o que muito dignifica o Concelho da Ribeira Grande. -----

Do mesmo deverá ser dado conhecimento aos atletas.” -----

Colocado a votação, foi o Voto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Foi apresentado pelo **Partido Social Democrata** o seguinte Voto de Congratulação ao **Festival Azores Burning Summer**, como a seguir se transcreve, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -----

*“A Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, apresenta um voto de congratulação ao Festival Azores Burning Summer, pelo reconhecimento com o prémio ibérico de Melhor Fotografia e pelas 11 nomeações em várias categorias, tendo sido finalista em 7 de grande relevância, na gala Iberian Festival Awards, que ocorreu no passado dia 14 de março, em Ponta Delgada. -----
Este reconhecimento constitui motivo de orgulho para toda a Região Autónoma dos Açores e, em particular, para a cidade da Ribeira Grande, evidenciando a qualidade, criatividade e impacto cultural de um evento que tem vindo a afirmar-se no panorama nacional e internacional. -----
A distinção alcançada reforça o mérito do trabalho desenvolvido ao longo dos anos, promovendo a música, a sustentabilidade e a identidade açoriana, ao mesmo tempo que projeta a freguesia do Porto Formoso, freguesia onde se realiza, como destino cultural de excelência. -----
Deste modo, a Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, submete o presente voto, louvando toda a organização do Festival Azores Burning Summer por este feito notável, desejando a continuação de sucessos futuros e a consolidação do seu contributo para a cultura e promoção da Ribeira Grande e dos Açores. -----
Do mesmo deverá ser dado conhecimento.” -----*

Colocado a votação, foi o Voto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Foi apresentado pelo **Partido Social Democrata** o seguinte Voto de Congratulação ao **Clube Desportivo de Vera Cruz pela conquista do Campeonato de São Miguel 2025/2026 na modalidade de Futsal**, como a seguir se transcreve, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -----

*“A Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, apresenta um voto de congratulação ao Clube Desportivo de Vera Cruz, por ter vencido o Campeonato de São Miguel 2025/2026, na modalidade de Futsal. -----
O escalão sénior do Clube Desportivo de Vera Cruz alcançou o primeiro lugar no Campeonato de São Miguel, realizado no passado dia 21 de março do corrente ano, na cidade da Lagoa. ----
A final, disputada no Pavilhão Professor Jorge Amaral contra o Clube Operário Desportivo, culminou com a vitória do Clube Desportivo de Vera Cruz, pelo resultado de 5-4, na segunda jornada do play-off final. -----
Pelos motivos acima descritos, a Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, submete o presente Voto de Congratulação, endereçando os*

seus parabéns ao Clube Desportivo de Vera Cruz e aos seus atletas pelos êxitos alcançados, os quais constituem motivo de regozijo e exemplo para toda a comunidade desportiva da Região. - Do mesmo deverá ser dado conhecimento ao clube acima mencionado.” -----

Colocado a votação, foi o Voto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Foi apresentado pelo **Partido Social Democrata** o seguinte Voto de Congratulação ao **Clube União Desportiva do Porto Formoso pelos resultados alcançados no Campeonato Regional de Ténis de Mesa**, como a seguir se transcreve, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -----

“A Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, apresenta um voto de congratulação ao Clube União Desportiva do Porto Formoso pelos distintos resultados alcançados no Campeonato Regional de Ténis de Mesa. -----

Decorreu, nos passados dias 21 e 22 de março, no Pavilhão do Complexo desportivo da Ribeira Grande, o Campeonato Regional de Ténis de Mesa. -----

O Clube União Desportiva do Porto Formoso destacou-se de forma exemplar, alcançando um balanço extremamente positivo, fruto das excelentes prestações dos seus atletas, que evidenciaram elevada qualidade competitiva, espírito de equipa, dedicação e notória evolução técnica ao longo da competição. -----

De entre os resultados alcançados, salienta-se os nomes de: Pedro Ferreira, que se sagrou Campeão dos Açores em Sub-19, garantindo o apuramento para o Campeonato Nacional; Ema Pacheco, Vice-Campeã em Sub-17; Afonso Mendonça, que alcançou o 3.º lugar no escalão Sub-17; às equipas Sub-19 Masculinos e Sub-13 Femininos, que se sagraram Vice-Campeãs; às equipas Sub-15 Femininos e Sub-17 Masculinos, que conquistaram o 3.º lugar nas respetivas categorias. -----

Estes resultados são reflexo do empenho dos atletas, do trabalho desenvolvido pela equipa técnica e da dedicação de toda a estrutura do clube. -----

É ainda de enaltecer o trabalho da Associação de Ténis de Mesa da Ilha de São Miguel pela organização exemplar deste evento desportivo. -----

Pelos motivos acima descritos, endereça-se os parabéns ao Clube União Desportiva do Porto Formoso e aos seus atletas pelos êxitos alcançados, os quais constituem motivo de regozijo e exemplo para toda a nossa comunidade. -----

Do mesmo deverá ser dado conhecimento ao clube acima mencionado.” -----

Colocado a votação, foi o Voto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Foi apresentado pelo **Partido Social Democrata** o seguinte Voto de Congratulação à **Escola Básica e Integrada da Maia pelos 25 anos ao serviço de Ensino**, como a seguir se transcreve, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -----

“A Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, apresenta um voto de congratulação à Escola Básica e Integrada da Maia, por assinalar 25 anos de ensino. -----

A Bancada do Partido Social Democrata manifesta o seu reconhecimento e apreço pelo trabalho desenvolvido pela Escola Básica e Integrada da Maia nas dimensões educativa, cívica e humana de várias gerações de alunos, contribuindo de forma exemplar para o desenvolvimento da comunidade local e para a valorização do ensino na nossa região. -----

É de enaltecer o empenho e a dedicação de todos aqueles que, ao longo destes 25 anos, têm contribuído para o bom desempenho escolar – docentes, alunos, funcionários e demais colaboradores, cujo trabalho conjunto tem sido determinante para a afirmação da Escola Básica e Integrada da Maia como uma referência de qualidade pedagógica. -----

É fundamental renovar e reforçar a confiança nesta instituição quanto ao futuro, convictos de que continuará a promover o conhecimento, a cidadania e o desenvolvimento integral de todos os alunos que por ela passam. -----

Nestes termos, a Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, exprime votos de continuidade e êxito, desejando que a instituição prossiga a sua missão formativa por muitos mais anos, trazendo motivos de orgulho e prestígio ao nosso concelho. -----

Do mesmo deverá ser dado conhecimento ao celebrado.” -----

Colocado a votação, foi o Voto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Foi apresentado pelo **Partido Social Democrata** o seguinte Voto de Congratulação à **Professora Catedrática Susana Goulart Costa pela nomeação de Representante da República para a Região Autónoma dos Açores**, como a seguir se transcreve, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -----

“A Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, apresenta um voto de congratulação à Professora Catedrática Susana Goulart Costa pela sua nomeação como Representante da República para a Região Autónoma dos Açores. --

A Professora Doutora Susana Goulart Costa é natural de Angra do Heroísmo e desempenha funções como Professora Associada com agregação na Universidade dos Açores, sendo também investigadora integrada no CHAM – Centro para as Humanidades da Universidade NOVA de Lisboa e da Universidade dos Açores. -----

Esta nomeação constitui um elevado reconhecimento do seu mérito académico, da sua competência profissional e do seu notável percurso ao serviço do ensino superior e da investigação científica. -----

Representa, igualmente, um sinal de confiança nas suas qualidades pessoais e institucionais para o exercício de tão relevantes funções de Estado. -----

Susana Goulart Costa é a primeira Mulher e a primeira açoriana a ser eleita para este cargo de destaque, que em muito nos enobrece. -----

Nestes termos, a Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, felicita calorosamente a Professora Catedrática Susana Goulart Costa, desejando-lhe os maiores êxitos no desempenho das suas funções e delibera aprovar um Voto de Congratulação pela sua nomeação, que prestigia não só a homenageada, mas também o conjunto das instituições académicas e o país, manifestando a convicção de que exercerá o cargo com elevado sentido de responsabilidade, rigor e dedicação ao interesse público.” -----

Colocado a votação, foi o Voto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Foi apresentado pelo **Partido Social Democrata** o seguinte Voto de Congratulação **ao Governo Regional dos Açores, em particular à Secretaria Regional da Habitação, pelo arranque de duas importantes intervenções habitacionais no concelho**, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -----

“A Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande vem propor a aprovação de um Voto de Congratulação ao Governo Regional dos Açores, em particular à Secretaria Regional da Habitação, pelo arranque de duas importantes intervenções habitacionais no concelho. -----

Destaca-se o início da construção de 52 novos apartamentos na zona dos Trás Mosteiros, em regime de arrendamento com opção de compra, num investimento estimado em cerca de 7 milhões de euros – uma obra estruturante que esteve durante anos sem concretização e que agora contribui o reforço da oferta de habitação acessível, ajustada aos rendimentos das famílias. -----

Paralelamente, encontra-se em curso a reabilitação do complexo habitacional da Rua do Jogo, com um investimento aproximado de 1,78 milhões de euros. Importa, contudo, salientar que este investimento não se esgota neste valor, uma vez que o processo teve início com a aquisição, por

parte do Governo Regional, de várias frações a proprietários que manifestam disponibilidade para vender, reforçando assim o compromisso público com a requalificação integral do edificado. Esta intervenção vem dar resposta a problemas estruturais e de habitabilidade que há muito afetam os moradores daquele complexo. Importa ainda sublinhar que este não é ocupado exclusivamente por agregados de realojamento, mas também por famílias que ali residem há vários anos, que adquirirão as suas frações sendo esta obra uma melhoria significativa na qualidade de vida de todos os residentes. -----

Este investimento demonstra a importância de não apenas construir novas habitações, mas também de reabilitar e valorizar o parque habitacional existente, garantindo melhores condições de vida e dignidade para as populações. -----

Nestes termos, a Bancada do Partido Social Democrata considera de inteira justiça a aprovação do presente Voto de Congratulação, solicitando a sua apreciação e votação, bem como o seu envio à Secretaria Regional da Habitação.” -----

Colocado a votação, foi o Voto aprovado por maioria e em minuta, com a abstenção do **senhor Deputado Paulo Leite** e da **senhora Deputada Alexandra Ponte**. -----

VOTO DE LOUVOR

Foi apresentado pelo **Partido Social Democrata** o seguinte Voto de Louvor pelos **50 Anos da Autonomia Político-Administrativa dos Açores**, como a seguir se transcreve, tendo sido dispensada a respetiva leitura integral em sede de Assembleia, ficando o texto registado em Ata: -

“A Bancada do Partido Social Democrata, com assento na Assembleia Municipal da Ribeira Grande, apresenta um voto de Louvor pelos 50 anos da Autonomia Político-administrativa dos Açores. -----

Instituída na sequência dos valores consagrados na Constituição da República Portuguesa de 1976, a Autonomia dos Açores representa um progresso distinto da democracia, permitindo aos açorianos governarem-se de acordo com as suas especificidades geográficas, culturais, sociais e económicas, reforçando a coesão regional e a afirmação da identidade açoriana. -----

Ao longo destas cinco décadas, a Autonomia tem sido um instrumento fundamental de desenvolvimento, progresso e modernização da Região, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, para o fortalecimento das instituições democráticas e para a valorização do território e dos seus recursos. -----

Este percurso é inerente ao empenho e dedicação de todos aqueles que, ao longo dos anos, participaram na vida política, económica e social e contribuíram ativamente para a consolidação do regime autónomo. -----

Importa igualmente salientar o papel das gerações de açorianos que, com muito trabalho, resiliência e sentido de comunidade, têm dignificado e projetado a Região Autónoma dos Açores no contexto nacional e internacional. -----

Deste modo, é com inteira satisfação que expressamos este voto de louvor à Autonomia Político-administrativa dos Açores, reafirmando o compromisso coletivo com a sua valorização, enquanto pilar essencial da democracia e do desenvolvimento sustentável da Região.” -----

Colocado a votação, foi o Voto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

ORDEM DO DIA

1. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS DE 2025

Foi submetido pelo órgão executivo, para **aprovação** da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2025, com a Certificação Legal das Contas e Parecer emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, os quais foram integralmente elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Públicas (SNC-AP), aprovado pelo DL n.º192/2015, de 11 de setembro. -----

De acordo com o ponto 4.1 do Capítulo das Notas Técnicas, da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, os Documentos de Prestação de Contas Individuais de 2025 evidenciam os seguintes resultados mais revelantes: -----

Total do Ativo, Património Líquido/Capital próprio/Fundo Social e Passivo (Balanço):	
Total do Ativo	185 265 328,15
Património Líquido	169 174 862,33
Total do Passivo	16 090 465,82
Rendimentos e Gastos (Demonstração de Resultados)	
Rendimentos	30 476 220,02 €
Gastos	26 045 626,09 €
Resultado Líquido	4 430 593,93 €
Demonstração de Fluxos de Caixa	
Recebimentos	34 183 358,54€
Pagamentos	28 151 447,22€
Desempenho Orçamental	
Recebimentos	34 152 284,09 €
Pagamentos	28 118 176,30 €
Saldos iniciais	
Operações Orçamentais	3 250 209,00 €
Operações de Tesouraria	85 876,46 €
Saldos Finais	

Operações Orçamentais	9 284 316,79 €
Operações de Tesouraria	83 679,99 €

Quanto aos Documentos de Prestação de Contas, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** ressaltou que o grau de execução a nível de receita foi de 102% e que, a nível de execução de despesa, ficou nos 77%, atendendo que foi um período eleitoral. -----

Seguiu-se o **senhor Deputado Carlos Silva** para salientar que, apesar de a Câmara cobrar impostos e ter uma boa saúde financeira, é incapaz de aplicar o dinheiro que recebe na resolução dos problemas dos ribeiragrandenses. Em particular, ao analisar as Grandes Opções do Plano, o nível de ordenamento do território, saneamento, abastecimento de água, nível de transportes rodoviários, estradas e parques, têm uma execução de 50%. A nível de habitação, que é reconhecida por todos como uma grave carência, o **senhor Deputado Carlos Silva**, destacou que o investimento é quase nulo, sendo os resultados das rendas da SDRG, S.A. e pouco mais. De igual modo, os imóveis da Autarquia, representa uma taxa de execução extremamente baixa, ao nível de conservação e manutenção. Não obstante o nível das taxas, ressaltou que o baixo nível de investimentos é o que realmente preocupa os membros do Partido Socialista e os ribeiragrandenses, como a Unidade de Execução do Monte Verde, com um valor total de 2.4 milhões de euros, e execução anual no valor de 720.000,00 €, mas com 340.000,00€ investidos, 47% de execução; ao nível de conservação de habitações municipais, que tinha 50.000,00 € previstos, que já era pouco, apenas 15.000,00€ foram investidos, 30% de execução. Quando se refere, por exemplo, sobre a ampliação do Cemitério da Ribeira Seca, assunto que os membros do Partido Socialista já solicitaram esclarecimentos, aquilo que se verifica nos documentos é que a obra teve apenas 21% de execução. O Polidesportivo dos Fenais da Ajuda, independentemente do valor se é, ou não, elevado, contou com 37% de execução no ano 2025; Requalificação do Caminho da Tondela, que é cada vez mais urgente e prioritário. Embora falar-se de estradas regionais, que são importantes, aquilo que é a competência exclusiva da Câmara Municipal, como o Caminho da Tondela, considera inaceitável que, de 2.2 milhões de euros previstos, ainda faltavam executar 1,5 milhões, tendo registado uma execução de 0% em 2025. Além disso, tal como referido pelo **senhor Presidente da Câmara**, afirmar que a execução não foi a melhor devido ao período eleitoral não pode servir de desculpa, uma vez que os investimentos não podem parar e os técnicos continuam a trabalhar diariamente. O **senhor Deputado Carlos Silva** reconhece que o **senhor Presidente da Câmara** está em funções há apenas seis meses, ressaltando que, ao herdar os ativos e passivos, passa a ser o responsável por tudo aquilo que corre bem e menos bem. No que respeita à requalificação da Frente Mar, com um valor total de 5,4 milhões de euros na sua totalidade, referiu que, apesar de o montante não passar para o ano 2025, dos 1,7 milhões

de euros, teve 0% de taxa de execução. Independentemente de o projeto não ser o mais adequado, defendeu que o mesmo tem de avançar rapidamente, lembrando que foram manifestadas outras necessidades que continuam por se arrastar ano após ano. Assim, considera fundamental que a Autarquia consiga aplicar o dinheiro disponível. Em particular, apesar de fechar o ano de 2025 com um resultado líquido de 4,4 milhões de euros e um saldo de gerência de 9 milhões de euros, demonstrou uma incapacidade gritante de canalizar este dinheiro para a resolução de problemas. Face a esta exposição, o **senhor Deputado Carlos Silva** afirmou que os **membros do Partido Socialista** não iriam votar favoravelmente a Prestação de Contas de 2025.

Posteriormente, o **senhor Deputado Carlos Manuel Silva** solicitou a palavra para salientar que a Autarquia tem dinheiro, nomeadamente, ao nível de depósitos bancários, tem nove milhões de euros. Fazendo uma análise e recuando, por exemplo, de 2019 para 2020, transitaram dois milhões e novecentos mil euros; de 2020 para 2021, quatro milhões de euros; de 2021 para 2022, quatro milhões de euros; de 2022 para 2023, três milhões; 2023 para 2024, três milhões; 2025 para 2026, nove milhões. Conclui-se, assim, que estes valores foram resultados de concursos públicos demorados, projetos mal preparados, falta de planeamento e, além disto, investimentos que foram prometidos e não foram realizados. -----

Colocado a votação, foi o assunto aprovado por maioria e em minuta, com vinte e um votos a favor pelo Partido Social Democrata, doze votos contra do Partido Socialista e duas abstenções do CHEGA. -----

Para os devidos efeitos, os documentos de prestação de contas foram integralmente elaborados de acordo com o ponto 4.1 das Notas Técnicas da Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, foram aprovados e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. -----

2. Segunda Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026

Foi submetido pelo órgão executivo, para **aprovação** da Assembleia Municipal, e ao abrigo do artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na versão atual, a Segunda Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2026, bem como a assunção de compromissos plurianuais das referidas rubricas. -----

A presente proposta de revisão orçamental altera o Orçamento da Despesa em 669.971,00€, e destina-se a inscrever e a dotar as seguintes rubricas: -----

GOP:

Rubrica				Designação	2026
3	331	2026	29	Construção Parque de estacionamento Rua Rosário-Lomba da Maia	1,00
4	421	2026	5005	Beneficiação Parque estacionamento junto Parque Boca da Ribeira sito Rua Outeiro-Santa Bárbara	65 000,00
4	421	2026	5006	Reparação muro de suporte junto à Ermida Mãe de Deus-Ribeira Seca	26 000,00
4	421	2026	5007	Construção alpendre, iluminação exterior e Parque Infantil Escola Fenais da Ajuda	42 000,00
4	421	2026	5008	Reabilitação pátio exterior da Escola Lomba da Maia	10 608,00
4	421	2026	5009	Requalificação casa dos tanques roupa-São Brás	24 476,00
4	421	2026	5010	Beneficiação do Armazém do Complexo Desportivo-São Brás	24 882,00
4	421	2026	5011	Projeto de ampliação do Polidesportivo Fenais da Ajuda	8 120,00
4	421	2026	5012	Requalificação do Largo Padre António Vieira-Rabo de Peixe	80 000,00
4	421	2026	5013	Construção de um Parque de Estacionamento na Rua dos Foros-Maia	61 922,00
4	421	2026	5014	Parque infantil Rua Engenheiro Fernando Monteiro-Conceição	31 143,00
4	421	2026	5015	Parque infantil no Largo de Santo André-Matriz	58.986,00
4	421	2026	5016	Vigilância do Miradouro do Palheiro-Matriz	24 000,00
4	421	2026	5018	Requalificação do 1º Beco da Rua Direita-Ribeirinha	33 976,00
4	421	2026	5019	Construção de uma armazém/garagem Polidesportivo-Calhetas	50 000,00
4	421	2026	5020	Pavimentação da Rua das Covas-Ribeirinha	8 900,00
4	421	2026	5021	Manutenção, limpeza e gestão dos balneários da Praia dos Moinhos-Porto Formoso	18.500,00
4	421	2026	5022	Parque infantil Escola Lomba da Maia	14 804,00
4	421	2026	5023	Requalificação do parque de estacionamento da Viola-Lomba da Maia	32 000,00
4	421	2026	5024	Higiene, limpeza e manutenção da Zona Balnear das Calhetas	6 000,00
4	421	2026	5025	Higiene, limpeza e manutenção do Areal de Santa Bárbara-Ribeira Seca	12 000,00
4	421	2026	5026	Higiene, limpeza e manutenção da Praia do Monte Verde-Conceição	6 000,00
4	421	2026	5027	Higiene, limpeza e manutenção da Praia dos Moinhos-Porto Formoso	6 000,00

Os reforços e reduções constam nos mapas em anexo. -----

Relativamente à segunda Revisão ao Plano e Orçamento, o **senhor Deputado Carlos Silva** salientou a importância de perceber quais são os critérios utilizados para a alocação de verbas, uma vez que não se consegue entender os critérios e os valores. O **senhor Deputado Carlos Silva** afirmou que os **membros do Partido Socialista** contestam também, em muitos casos, a ausência de documentação que comprove os valores aplicados, atendendo a que a Delegação de Competências é algo importante e bem-vinda, mas não pode significar, nem ser confundida, com a informalidade e falta de documentação que justifique os valores que são transferidos para as Juntas de Freguesia. -----

Em esclarecimento, o **senhor Presidente da Câmara** indicou que os critérios de atribuição das verbas estão relacionados com o que as Juntas de Freguesia solicitam e com a conformidade que cada projeto obedece, nomeadamente a maioria teve o valor que pediu, à exceção de algumas, que resultou no corte de uma percentagem de 10 a 15%. -----

Colocado a votação, foi o assunto aprovado por maioria e em minuta, com vinte e um votos a favor pelo Partido Social Democrata, doze abstenções do Partido Socialista e duas abstenções do CHEGA. -----

Os documentos foram rubricados pelo Presidente e Secretários da Assembleia Municipal e serão devidamente arquivados em pasta própria. -----

3. Relatório de Avaliação da Observância do Direito de Oposição - Ano de 2025

Foi submetido pelo órgão executivo, para **aprovação** da Assembleia Municipal, o relatório de Avaliação da Observância do Direito de Oposição do ano de 2025, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 10.º e artigo 3.º da Lei n.º 24/98 de 26 de maio, para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 25.º, n.º 2 alínea h) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual. -----

No que respeita ao assunto, o **senhor Deputado Carlos Silva** referiu que os membros do Partido Socialista votariam contra o Relatório da Observância do Direito de Oposição, porque não podem concordar com aquilo que vêm no documento anexo. A título de exemplo, passou a aludir que *«sempre que solicitado previamente, ou no decurso das reuniões, foram disponibilizados documentos complementares sobre assuntos da Ordem do Dia e/ou considerados relevantes»*, algo que não corresponde inteiramente à verdade, lembrando que, na primeira Assembleia, solicitou documentação que ainda não foi disponibilizada, nem foram prestados esclarecimentos sobre, por exemplo, as casas da SDRG, S.A.. -----

A **senhora Deputada Hélia Cabral** acrescentou que havia um erro no relatório, em que indica que os membros do Partido Socialista têm oito elementos, tendo, na realidade, nove. -----

Colocado a votação, foi o assunto aprovado por maioria e em minuta, com vinte e um votos a favor pelo Partido Social Democrata, doze votos contra do Partido Socialista e duas abstenções do CHEGA. -----

Os documentos foram rubricados pelo Presidente e Secretários da Assembleia Municipal e serão devidamente arquivados em pasta própria. -----

4. Apreciação do Inventário 2025

Foi submetido pelo órgão executivo, para **aprovação** da Assembleia Municipal I, e ao abrigo do previsto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação constante no Mapa dos Movimentos do Exercício de 2025 retirado do SNP (Sistema de Normalização Patrimonial) e Balanço 2025 retirado da aplicação SNC (Sistema de Normalização Contabilística). -----

Colocado a votação, foi o assunto aprovado por maioria e em minuta, com vinte e um votos a favor pelo Partido Social Democrata, doze votos contra do Partido Socialista e duas abstenções do CHEGA. -----

Os documentos foram rubricados pelo Presidente e Secretários da Assembleia Municipal e serão devidamente arquivados em pasta própria. -----

5. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2025

Na sequência de informação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a Direção Regional da Cooperação com o Poder Local enviou a seguinte comunicação a 17 de junho de 2021:

*“O SNC-AP revogou o POCAL, exceto os pontos referentes às regras previsionais, ao controlo interno e às modificações orçamentais. O ponto 2.7.3 do POCAL, que define regras sobre a aplicação de resultados foi, portanto, revogado e o SNC-AP não contém qualquer norma em sua substituição. No entendimento da CNC, com o qual concordamos, “o SNC-AP não define regras para a aplicação dos resultados, pelo que a eventual aplicação dos resultados líquidos do período em reservas legais ou outras deverá estar enquadrada em dispositivo legal diretamente aplicável à entidade”, o que até à data não surgiu. -----
Refere ainda a CNC que “Neste sentido, não havendo norma habilitante para a constituição de reservas não deverão as mesmas ser constituídas, permanecendo em resultados transitados”. -----
Tal não impede que o órgão executivo do município decida uma aplicação diferente de resultados, nomeadamente, reforçando reservas ou a conta Património, não estando esta decisão sujeita à aprovação da assembleia municipal, que apenas tomará conhecimento do assunto quando apreciar as contas da autarquia.” -----*

Assim, o executivo camarário propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2025, no montante de 4 430 593,93 euros seja aplicado da seguinte forma: -----

- Resultados Transitados: 4 430 593,93 euros. -----

Neste assunto, o **senhor Deputado Carlos Silva** deu nota de que seria importante o **senhor Presidente da Câmara** inverter o rumo para que a Autarquia consiga aplicar o dinheiro que é cobrado na resolução de problemas efetivos, considerando o valor avultado de 4.4 milhões de euros, traduzindo-se na ineficiência na aplicação de recursos públicos e na incapacidade de investimento.

Colocado a votação, foi o assunto aprovado por maioria e em minuta, com vinte e um votos a favor pelo Partido Social Democrata, doze abstenções do Partido Socialista e duas abstenções do CHEGA. -----

6. Homologação pelo Tribunal de Contas da Conta do Município de Ribeira Grande do Exercício de 2024

Para efeitos do disposto no artigo 35.º, n.º 2 alínea o), do regime jurídico da Lei das Autarquias Locais, constante do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, submete-se ao **conhecimento** da Assembleia Municipal, o ofício com a referência n.º 211/2024, do Tribunal de Contas, datado de 30 do mês de março, acompanhado dos documentos sobre a verificação interna da conta do Município da Ribeira Grande, relativamente ao exercício de 2024, cujo objeto do despacho proferido foi de decisão favorável à sua homologação, por não existir quaisquer indícios de irregularidade. -----

Colocado o assunto a debate, a **senhora Deputada Alexandra Ponte** questionou sobre a situação assinalada pelo Tribunal de Contas na Apreciação da Conta. Em particular, apontou que, em 2024, a norma de controlo interno não era a concordante com a normativa em vigor. Na altura, o Presidente cessante foi alertado para a necessidade de adequar esta norma. Inclusive, o Tribunal de Contas enviou um ofício a questionar sobre esta situação, ao qual a Câmara terá respondido, em 23 de janeiro de 2026, que a Norma Açores está a procurar atualizar a norma. Assim, a **senhora Deputada Alexandra Ponte** questionou o ponto de situação de um assunto que já se arrasta há mais de dois anos, considerando ser um período de tempo significativo para atualizar uma norma de controlo interna e pô-la em concordância com a normativa em vigor. ----

Acerca do supra, o **senhor Presidente da Câmara** referiu que, segundo o Tribunal de Contas, não havia qualquer indicação que as contas não estavam bem conseguidas. Aproveitou, assim, para elogiar os funcionários da Autarquia, bem como o anterior executivo, pela boa gestão dos dinheiros públicos. -----

A **senhora Deputada Alexandra Ponte** indicou que o **Presidente da Câmara** cessante foi alertado em 15/04/2024 para atualizar a norma de procedimentos internos, tendo o **senhor Presidente da Câmara** esclarecido que aguardavam autorização. -----

Para os devidos efeitos, a Assembleia **tomou conhecimento**. -----

Os documentos foram rubricados pelo Presidente e Secretários da Assembleia Municipal e serão devidamente arquivados em pasta própria. -----

7. Aditamentos aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia

Foi submetido pelo órgão executivo, para **aprovação** da Assembleia Municipal, e ao abrigo do artigo n.º 1, alínea k) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual, submete-se à **aprovação** da Assembleia Municipal, as minutas dos Aditamentos aos Contratos Interadministrativos, a celebrar entre o Município e as várias Juntas de Freguesia abaixo identificadas, para os fins aí descritos e de acordo com os respetivos estudos económico-financeiros. -----

Junta de Freguesia	MGD	Fim	Valor
Fenais da Ajuda	1390 de 22/01/2026 e 1549 de 26/01/2026	- Requalificação da iluminação exterior, construção de alpendre e de parque infantil na Escola Básica de Fenais da Ajuda - Ampliação do Polidesportivo de Fenais da Ajuda	- 42.000,00€ - 8.120,00€
Conceição	5144 de 27/03/2026	- Construção de um parque infantil na Rua Engenheiro Fernando Monteiro	- 31.143,00€
Calhetas	2672 de 11/02/2026	- Construção de uma garagem e armazém no Polidesportivo	- 50.000,00€
Maia	5052 de 26/03/2026	- Construção de um parque de estacionamento na Rua dos Foros	- 61.922,00€
Matriz	2050 de 04/02/2026 e 5081 de 26/03/2026	- Requalificação do Miradouro de Santa Luzia (Palheiro) - Construção de um parque infantil no Largo de Santo André - Vigilância do Miradouro de Santa Luzia (Palheiro)	- 10.904,00€ - 58.986,00€ - 24.000,00€
Santa Bárbara	975 de 14/01/2026	- Beneficiação de parque de estacionamento junto ao Parque da	- 65.000,00€

		Boa da Ribeira sito à Rua do Outeiro	
Ribeira Seca	18824 de 21/11/2025	- Requalificação do muro de suporte junto da Ermida de Mãe de Deus	- 26.000,00€
São Brás	1919 de 03/02/2026	- Requalificação da casa dos Tanques de Roupas. - Beneficiação do armazém do Complexo Desportivo	- 24.476,00 € - 24.882,00 €
Ribeirinha	5019 de 25/03/2026	- Manutenção da cozinha comunitária - Requalificação do 1.º Beco da Rua Direita - Pavimentação da Rua das Covas	- 13.751,00 € - 33.976,00 € - 8.900,00 €
Porto Formoso	5197 de 30/03/2026 5199 de 30/03/2026	- Manutenção, limpeza e gestão dos balneários da Praia dos Moinhos e instalação de luminárias solares no Acesso à Praia	18.500,00€
Lomba da Maia	5312 de 31/03/2026	- Construção de um parque infantil na Escola Lomba da Maia - Requalificação do pátio exterior da Escola da Lomba da Maia - Requalificação do parque de estacionamento da Viola	- 14.804,00 € - 10.608,00 - €32.000,00€
Rabo de Peixe	4840 de 23/03/2026 e 5083 de 26/03/2026	- Requalificação do Largo Padre António Vieira - Orla costeira e vias municipais e demais zonas, com a aquisição de um camião ligeiro	- 80.000,00€ - -----

Neste seguimento, o **senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, Marco Furtado**, em representação dos Presidentes de Juntas do concelho, referiu que as delegações de competências beneficiam as obras nas freguesias. Nesta senda, aproveitou para apresentar uma breve retificação ao senhor Presidente da Câmara quanto à atribuição de verbas para as Juntas, ressaltando que a Junta de Freguesia da Ribeirinha solicitou à volta de 180 mil euros, mas recebeu apenas 60 mil euros. Referiu que, apesar dos projetos pertinentes que necessitam de avançar, reconhece a cortesia de saber dividir responsabilidades. Quanto à questão do rigor, o **senhor Presidente de Junta de Freguesia** mencionou que é enviado relatórios à Câmara Municipal acerca das execuções das obras. -----

Seguiu-se a **senhora Deputada Hélia Cabral** para alertar que se deveria ter um maior cuidado nas apreciações dos pedidos, haver transparência na atribuição do dinheiro e fazer chegar aos membros da Assembleia Municipal os critérios utilizados para a atribuição dos mesmos dinheiros. -----

Colocado a votação, foi o assunto aprovado por maioria e em minuta, com vinte e um votos a favor pelo Partido Social Democrata, doze abstenções do Partido Socialista dois votos a favor do CHEGA. -----

O documento de suporte à decisão foi numerado e rubricado, bem como assinada a respetiva certidão pelo Presidente e Secretários da Assembleia Municipal, na referida Reunião, com a assunção de que tomaram integral conhecimento do documento. -----

8. Revogação Parcial da Delegação de Competências do Contrato Interadministrativo Celebrado entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande e a Junta de Freguesia de Rabo de Peixe

Foi submetido pelo órgão executivo, para **aprovação** da Assembleia Municipal, o pedido de revogação parcial da Delegação de Competências do Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande e a Junta de Freguesia de Rabo de Peixe, respeitante à requalificação do Espaço da Dorna, com o valor de 45.521,38€. -----

Quanto ao assunto, a **senhora Deputada Hélia Cabral** questionou o que levou à revogação da obra e o próximo passo a dar. Além disso, questiona se vai se proceder à celebração de um novo contrato, assim como se a Autarquia irá dar continuidade à obra. -----

Em esclarecimento, o **senhor Presidente da Câmara** referiu que a razão evidenciada pela Junta de Freguesia de Rabo de Peixe foi a de que não haveria condições para prosseguir com a obra. No seguimento de uma reunião conjunta, foi entendimento que seria a Câmara Municipal a prosseguir com a obra, porque há um compromisso assumido com o empreiteiro, que deverá dar seguimento à obra até ao final do ano. -----

No seguimento, o **senhor Deputado Carlos Silva** referiu que a intervenção do senhor Presidente da Câmara não foi muito esclarecedora, visto que a pergunta da senhora Deputada Hélia Cabral dizia respeito ao que foi feito com o dinheiro transferido para a Junta de Freguesia, salientando que o que estava em causa era a revogação do contrato, com muito dinheiro envolvido e sem qualquer execução material efetiva. Para além disso, questionou o motivo de não haver a execução material do valor transferido. -----

O **senhor Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o empreiteiro recebeu 36.000,00€ para a construção de um parque de lazer, já tendo procedido à limpeza do terreno, que tinha

uma quantidade enorme de lixo. Sobre o assunto, o **senhor Presidente da Câmara** deixou à consideração a fiscalização no final da obra, para que se entenda que há total transparência no processo. -----

O **senhor Deputado Carlos Silva** questionou se o empreiteiro vai devolver verbas às Juntas ou à Câmara Municipal, tendo o **senhor Presidente da Câmara** esclarecido que o empreiteiro iria entregar à Câmara a obra executada. -----

Colocado a votação, foi o assunto aprovado por maioria e em minuta, com vinte e um votos a favor pelo Partido Social Democrata, doze abstenções do Partido Socialista e duas abstenções do CHEGA. -----

Os documentos foram rubricados pelo Presidente e Secretários da Assembleia Municipal e serão devidamente arquivados em pasta própria. -----

9. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – Associação de Ciclismo dos Açores

Foi submetido pelo órgão executivo, para **aprovação** da Assembleia Municipal, a minuta do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com a Associação de Ciclismo dos Açores, para concessão de apoio financeiro para a época desportiva 2025/2026, tendo por base o disposto na Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro, e do regime previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, bem como do previsto no artigo 33.º, n.º1, alínea u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual. -----

Colocado a votação, foi o assunto aprovado por unanimidade dos presentes e em minuta. Não tomou parte da deliberação, o **senhor Deputado Carlos Manuel Silva**, por se considerar impedido para o efeito. -----

Os documentos foram rubricados pelo Presidente e Secretários da Assembleia Municipal e serão devidamente arquivados em pasta própria. -----

10. Relatório e Contas do Exercício de 2025 da Cooperativa de Ensino - A Ponte Norte CRL

Foi submetido pelo órgão executivo, para **aprovação** da Assembleia Municipal, o Relatório e Contas do Exercício de 2025 da Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande A PONTE NORTE, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 6.614.334,00 € (seis milhões, seiscentos e catorze mil, trezentos e trinta e quatro euros) e um total de capital próprio de 2.404.103,00€ (dois milhões, quatrocentos e quatro mil, cento e três euros), incluindo um resultado líquido de 888.600,00€ (oitocentos e oitenta e oito mil, seiscentos euros), acompanhado do parecer favorável emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ld.^a Duarte Giesta & Associado, assim como do parecer favorável do Conselho Fiscal da referida Cooperativa. -----

Tendo em conta o resultado favorável apresentado, o **senhor Deputado Carlos Silva** questionou o motivo do aumento de cerca de 100.000,00€, face ao ano anterior, dos gastos com o pessoal da Cooperativa A Ponte Norte. -----

Sobre o supra, o **senhor Presidente da Câmara** esclareceu que o motivo do aumento dos gastos foi devido ao aumento do número de formadores internos. -----

Em continuação, o **senhor Deputado Carlos Silva** referiu que a sua pergunta visava saber sobre o aumento dos gastos com o pessoal e não com recibos verdes, tendo o **senhor Presidente da Câmara** esclarecido que teria sido contratado mais quatro formadores em contrato de trabalho.

Colocado a votação, foi o assunto aprovado por maioria e em minuta dos presentes, com dezanove votos a favor pelo Partido Social Democrata, onze abstenções do Partido Socialista e dois votos a favor pelo CHEGA. -----

Não tomaram parte da deliberação, o **senhor Deputado Rui Maré**, o **senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Fenais da Ajuda, Davide Camboia** e o **senhor Deputado Rui Jesus**, por se considerarem impedidos para o efeito. -----

O documento de suporte à decisão foi numerado e rubricado, bem como assinada a respetiva certidão pelo Presidente e Secretária da Assembleia Municipal, com o impedimento do **senhor Deputado Rui Maré**, na referida Reunião, com a assunção de que tomaram integral conhecimento do documento. -----

11. Execução Orçamental - 3.º Trimestre Acumulado do Exercício de 2025 da Cooperativa De Ensino - A PONTE NORTE CRL

Foi submetido pelo órgão executivo, para **acompanhamento e controlo** da Assembleia Municipal, o documento com o resultado da Execução Orçamental – 3.º Trimestre acumulado do exercício de 2025 da Cooperativa de Ensino da Ribeira Grande a PONTE NORTE, com um resultado líquido positivo à data de 30 de setembro de 2025, no valor de 475 960,00 € (quatrocentos e setenta e cinco mil, novecentos e sessenta euros), contendo observações e conclusões sobre a situação orçamental da instituição. -----

O **senhor Deputado Carlos Silva** indicou que há um lapso neste ponto, nomeadamente indica que o resultado líquido à data de dezembro, enquanto no assunto refere-se a setembro.

Para os devidos efeitos, a Assembleia **tomou conhecimento**. -----

O documento de suporte à decisão foi numerado e rubricado, bem como assinada a respetiva certidão pelo Presidente e Secretária da Assembleia Municipal, com o impedimento **do senhor Deputado Rui Maré**, na referida Reunião, com a assunção de que tomaram integral conhecimento do documento. -----

12. Execução Orçamental - 4.º Trimestre Acumulado do Exercício de 2025 da Cooperativa de Ensino - A PONTE NORTE CRL

Foi submetido pelo órgão executivo, para **acompanhamento e controle** da Assembleia Municipal, o documento com o resultado da Execução Orçamental – 4.º Trimestre acumulado do exercício de 2025 (fecho anual) da Cooperativa de Ensino da Ribeira Grande a PONTE NORTE, com um resultado líquido positivo à data de dezembro de 2025, no valor de 888 600,00 € (oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos euros), contendo observações e conclusões sobre a situação orçamental da instituição. -----

Para os devidos efeitos, a **Assembleia tomou conhecimento**. -----

O documento de suporte à decisão foi numerado e rubricado, bem como assinada a respetiva certidão pelo Presidente e Secretária da Assembleia Municipal, com o impedimento **do senhor Deputado Rui Maré**, na referida Reunião, com a assunção de que tomaram integral conhecimento do documento. -----

13. Pedido de normaçoão de dois Cidadãos Eleitores designados pela Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea I) do número 1 do artigo 17.º

**da Lei da Proteção de Crianças e Jovem Perigo, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro,
na sua redação atual**

Foi submetido o ofício n.º 595/2026 de 11/03/2026 pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Ribeira Grande, a solicitar a nomeação de dois Cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea l) do número do artigo 17.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei n.º 147/99, na sua redação atual. -----
Mais solicitam que sejam novamente nomeadas a **Dra. Marta Cristina Moniz do Couto** e a **Dra. Lúcia do Rosário Arruda Botelho**, correspondendo essas nomeações ao segundo mandato das atuais Cidadãs, pelo que a Representação poderá, no máximo, ser renovada até 15/06/2032.

Colocado a votação, foi o assunto aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**14. Aditamentos aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências
entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia das Calhetas, Junta De Freguesia
da Conceição, Junta de Freguesia da Ribeira Seca e Junta de Freguesia do Porto
Formoso**

Foi submetido pelo órgão executivo, para **aprovação** da Assembleia Municipal, as minutas dos Aditamentos aos Contratos Interadministrativos, a celebrar entre o Município e as várias Juntas de Freguesia abaixo identificadas, para os fins aí descritos e de acordo com os respetivos estudos económico-financeiros. -----

Junta de Freguesia	MGD	Fim	Valor
Calhetas	MGD n.º 6461 de 13/04/2026	2 trabalhadores, de 01 de junho a 30 de setembro, para proceder à higiene, limpeza e manutenção da Zona Balnear das Calhetas, designadamente balneários, lavadouros, sanitários públicos, papelarias, contentores de resíduos, acessos e passadiços.	6.000,00 € (seis mil euros)
Conceição	MGD n.º 6461 de 13/04/2026	2 trabalhadores, de 01 de junho a 30 de setembro, para proceder à higiene, limpeza e manutenção da Praia do Monte Verde, designadamente balneários, lavadou-	6.000,00 € (seis mil euros)

		ros, sanitários públicos, pa- peleiras, contentores de resí- duos, acessos e passadiços Higiene, limpeza e manuten- ção da Praia do Monte Verde, designadamente bal- neários, lavadouros, sanitá- rios públicos, papelarias, contentores de resíduos, acessos e passadiços	
Ribeira Seca	MGD n.º 6461 de 13/04/2026	4 trabalhadores, de 01 de ju- nho a 30 de setembro, para proceder à higiene, limpeza e manutenção do Areal de Santa Bárbara, designada- mente balneários, lavadou- ros, sanitários públicos, pa- peleiras, contentores de resí- duos, acessos e passadiços.	12.000,00 € (doze mil eu- ros)
Porto Formoso	MGD n.º 6461 de 13/04/2026	2 trabalhadores, entre 1 de junho e 30 de setembro, para proceder à higiene, limpeza e manutenção da Praia dos Moinhos, designadamente balneários, lavadouros, sani- tários públicos, papelarias, contentores de resíduos, acessos e passadiços.	6.000,00 € (seis mil euros)

Tendo em conta os valores apresentados, o **senhor Deputado Carlos Silva** questionou quais foram os critérios utilizados para atribuir 6.000.00€ a algumas freguesias. Considerou compreensível o caso da Ribeira Seca, que vai receber 12.000,00€, devido à dimensão da zona balnear, mas há outros valores que não são comparáveis. O **senhor Deputado Carlos Silva** questionou qual era o critério implementado, nomeadamente se era por metro quadrado e se era por utente. Referiu, ainda, que *«se nós fizermos a divisão do valor pelo número de funcionários, é também um valor muito baixo. Estamos a fomentar precariedade e estamos também a pagar mal as pessoas que estão encarregues por prestar esse serviço. Era importante que isso tivesse sido em consideração, porque 6.000,00€ para duas pessoas para quatro meses, é um valor muito baixo. Eu percebo que se possa aproveitar algum tipo de programa, mas era importante que se fizesse esse alerta e que se também se definisse, para o futuro, critérios objetivos e que possam ser calculados em função da dimensão das zonas balneares, do número de utentes, por exemplo, do trabalho que é realizado e que se evitasse também os valores extremamente baixos como aqueles que estão aqui em causa.»* -----

O **senhor Presidente da Câmara** elucidou que os valores a atribuir estão relacionados com o tamanho da praia, explicando ainda que algumas zonas balneares têm de ter quatro pessoas em permanência durante quatro meses, enquanto outras apenas necessitam de duas pessoas. Aproveitou ainda para referir que, este ano, os funcionários afetos à limpeza das zonas balneares tiveram um aumento significativo. Além disso, aproveitou para destacar que todos os funcionários da Câmara Municipal, em regime de recibo verde, receberam um aumento significativo no seu ordenado, igualando ao ordenado mínimo. -----

Neste seguimento, a **senhora Deputada Hélia Cabral** ressaltou que, neste momento, estão a discutir os valores a conceder aos funcionários das zonas balneárias e não os camarários. Não obstante o esclarecimento fornecido, continua a considerar que estes funcionários estão a ser pagos abaixo do ordenado mínimo para as funções e horas que prestam, porque trabalham sábados e domingos. Para os devidos efeitos, solicitou tal informação. -----

O **senhor Presidente da Câmara** esclareceu que reforçaram as verbas que as Juntas de Freguesia pagavam aos funcionários, que muitas vezes são jovens estudantes, atendendo a que, num passado recente, recebiam apenas 600,00€, por um período de quatro meses. Quanto aos horários, esclareceu que as Juntas de Freguesia iriam chegar a um acordo com os funcionários, que poderão trabalhar apenas três horas por dia. -----

Colocado a votação, foi o assunto aprovado por maioria e em minuta, com vinte e um votos a favor pelo Partido Social Democrata, doze abstenções do Partido Socialista e duas abstenções do CHEGA. -----

Os documentos foram rubricados pelo Presidente e Secretários da Assembleia Municipal e serão devidamente arquivados em pasta própria. -----

15. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara sobre a Atividade Camarária sobre a Atividade Camarária, bem como a Situação Financeira da mesma

No seguimento do requerimento apresentado pela **senhora Deputada Hélia Cabral**, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** indicou que seria, de bom-tom, que a informação escrita sobre a atividade camarária cumprisse as alíneas e), f) e g), do artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, que se prende, essencialmente, no nível do funcionamento dos serviços municipais, nos recursos hierárquicos interpostos, os processos judiciais em curso, bem como a fase processual em que se encontrem. -----

Sobre o assunto, o **senhor Presidente da Câmara** indicou que os serviços jurídicos reuniram toda a documentação solicitada, prevendo-se que, ainda na próxima semana, seja entregue toda a informação aos deputados municipais. -----

Para os devidos efeitos, a **Assembleia tomou conhecimento** da Informação escrita do Presidente sobre a Atividade Camarária, bem como da situação financeira da mesma. -----

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

No final da sessão, o **senhor Deputado Manuel Faria** referiu que ainda não tinha prestado esclarecimentos sobre o ponto de situação do estacionamento na rua dos 52 fogos de Trás-os-Mosteiros. -----

Ainda no uso da palavra, alertou para a necessidade de apresentação de um projeto e respetiva análise técnica para o que está projetado para o Largo de Santo André, considerando a sua localização no Centro Histórico da Ribeira Grande. -----

Seguiu-se a **senhora Deputada Alexandra Ponte** para salientar que as intervenções devem ser feitas de acordo com o papel que cada um desempenha na Assembleia Municipal, na qualidade de deputado municipal, devendo ser respondidas a quem a pergunta é dirigida. -----

No seguimento da intervenção supra, o **senhor Presidente da Assembleia Municipal** referiu que esta indicação deveria ser aplicada a todos os membros, uma vez que havia comentários paralelos, sublinhando que iria ser mais rigoroso na direção das Assembleias Municipais. -----

Em resposta ao **senhor Deputado Manuel Faria**, o **senhor Presidente da Câmara** esclareceu que o número de zonas de estacionamento será superior a vinte, e que o concurso público já terminou, com um vencedor da proposta, prevendo-se avançar com a obra o mais brevemente possível. -----

Quanto ao Largo do Santo André, o **senhor Presidente da Câmara** referiu que, de acordo com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Matriz, deu-se entrada de um projeto na Câmara Municipal sobre a localização e implementação da construção de um parque infantil no Largo. Sobre o assunto, referiu que esta questão foi também levantada em reunião de Câmara, tendo sido esclarecido que o executivo camarário iria estar atento a qualquer construção, de modo a salvaguardar os interesses da Ribeira Grande. O **senhor Presidente da Câmara** ressaltou ainda que a contratação pública é um processo cada vez mais complicado e moroso, levando a atrasos nas implementações dessas obras. -----

Antes de terminar, o **senhor Presidente da Câmara**, corroborou com as palavras do senhor Presidente da Assembleia no início da reunião, sobre as declarações do Provedor da Santa Casa

da Misericórdia na comunicação social, salientando que estaria ao lado dos trabalhadores camarários que dão o máximo pela Autarquia e Ribeira Grande. Ressalvou que, ao atacarem os funcionários da Câmara Municipal, terão de passar primeiro pelo executivo camarário, porque conhece o profissionalismo dos quase 400 trabalhadores. -----

ENCERRAMENTO

Não havendo mais inscrições e nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão às 00:00, da qual se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Luís Ferreira Rocha Pontes)

O Primeiro Secretário,

(Rui Fernando Botelho Maré)

A Segunda Secretária,

(Patrícia Corrêa Costa)